

IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:

Desafios Contemporâneos das
Sociedades Ibero-Americanas

De 23 a 27 de agosto de 2021

EVENTO ONLINE

ANAIIS DO EVENTO

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



fapesp



Comissão Organizadora

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Marcelo Feldhaus	Diretor de Ensino de Graduação Representante da Pró-Reitoria Acadêmica Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Carlos Renato Carola	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Aurélia Regina de Souza Honorato	Coordenadora do Curso de Artes Visuais Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Bruno Dandolini Colombo	Curso de Educação Física Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Cibebe Beirith Figueiredo Freitas	Coordenadora Adjunta do curso de Letras Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Jeferson Luis Azeredo	Comissão de Divulgação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Lucene Cândido Magnus	Representante discente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Vanessa Marcos Medeiros	Representante do Conselho Editorial Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Rafaela Ribeiro Pereira	Representante da Diretoria de Ensino de Graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Comissão Científica

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Profª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Prof. Dr. José Antonio Mateo	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER (Argentina)
Profª. Dra. Ana Paula Vosne Martins	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Profª. Dra. Silvia Maria de Favero Arend	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Profª. Dra. Amalia Morales Villena	Universidad de Granada - Espanha
Profª. Dra. Maria Stephanou	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Ana Sabrina Mora	Universidad Nacional La Plata - UNLP (CONICET) - Argentina
Profa. Dra. Patrícia Ferraz de Matos	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Miguel Anxo Santos Rego	Universidade de Santiago de Compostela - Espanha
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito	Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) - Espanha
Prof. Dr. Alex Sander da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Prof. Dr. António Gomes Ferreira	Universidade de Coimbra - Portugal
Profª Dra. Patricia Paola Ames Ramello	Pontificia Universidad Católica del Perú - Peru
Profª Dra. Maria Luiza Rico Gómez	Instituto Universitario de Estudios Sociales da América Latina Universidade de Alicante - Espanha
Profª Dra. Maria João Mogarro	Instituto de Educação Universidade de Lisboa - Portugal

Grupos de Trabalho

Giani Rabelo e Ismael Gonçalves Alves

Finanças

Amalhene Baesso Reddig, Aurélia Regina de Souza Honorato e Maxuel Sander Flor

Cultura

Birgit Harter Marques e Matheus Zimmermann

Monitoria

Caroline Bortot, Jeferson Luis de Azeredo e Lucas Damásio

Comunicação e Divulgação

Lucene Cândido Magnus e Rafaela Ribeiro Pereira

Secretaria Geral

Leila Laís Gonçalves, Paulo Martins e Wender Firmino

Tecnologia

Carlos Renato Carola e Cibele Beirith Figueiredo Freitas

Apresentações de Pôsteres

Secretaria

Rafaela Ribeiro Pereira

Secretária da Diretoria de Ensino de Graduação
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Diagramação

Victor Burato

Designer

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



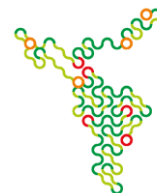
GT10

Comunicação, Cidadania e Direitos Humanos

SUMÁRIO

CLIQUE E SEJA DIRECIONADA/O PARA O TRABALHO

- 7 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC:
COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, CIDADANIA
E DIREITOS HUMANOS**
Autora Juciele Silva Ortiz Rosa
Coautora Adriana Pereira Frony
Coautor Fabricio Teodoro Abdel Qader
- 15 DESDOBRAMENTOS (TRANS)DISCIPLINARES: POR
UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**
Ana Carina Baron Engerroff
- 25 DIREITOS HUMANOS E JORNALISMO: REFLEXÕES
SOBRE A IMPORTÂNCIA DESSAS DUAS PRÁTICAS
SOCIAIS NA ATUALIDADE**
Lynara Ojeda de Souza
- 40 DO “INIMIGO” AO BODE EXPIATÓRIO: CONEXÕES
ENTRE DISCURSO MIDIÁTICO E O RITUAL DE JUS-
TIÇAMENTO POPULAR**
Thays Carvalho Cesar
- 53 FEMINICÍDIO NA MÍDIA: ABORDAGEM SINGULAR
DE UM FENÔMENO UNIVERSAL**
Malena Wilbert
- 65 JORNALISMO E EMPATIA: O POTENCIAL DA RE-
PORTAGEM NA DESNATURALIZAÇÃO DOS LUGA-
RES SOCIAIS**
Magali Moser
Rafael Rangel Winch
- 74 JORNALISMO E GÊNERO - A FORMAÇÃO DE JOR-
NALISTAS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HU-
MANOS**
Dra. Melina de la Barrera Ayres



BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Autora¹ Juciele Silva Ortiz Rosa
Coautora² Adriana Pereira Frony
Coautor³ Fabricio Teodoro Abdel Qader

Resumo: Comunicação e informação são fundamentais para a formação de opinião e valores dos cidadãos, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é cada vez maior o fluxo de veiculação, tendo em vista que a mídia conquistou lugar e por meio dela a sociedade passou a ter acesso sobre o que ocorre por todo o mundo. O uso da informação é tão importante quanto recebê-la, para opinar e defender pontos de vista é preciso desenvolver habilidades para consolidar o direito de se posicionar diante de questionamentos por vezes não fundamentados. A complexidade das transformações sociais e tecnológicas do séc. XXI demonstram a necessidade do desenvolvimento de competências que contribuirão com os âmbitos pessoal, social e profissional. A Base Nacional Comum Curricular – BNCC a partir de dezembro 2017, apresentou dez competências gerais a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica e que deverão ser implementadas até o ano de 2020 em todo território brasileiro, dessa forma as unidades escolares adaptando seus projetos pedagógicos oportunizarão a formação integral do estudante, alinhando o currículo cognitivo ao currículo socioemocional. A comunicação, cidadania e direitos humanos estão estreitamente ligados às competências: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, comunicação e argumentação que desenvolvidas ao longo da vida escolar, serão fundamentais para o estudante desenvolver uma postura cidadã, o que fará diferença na sua vida estudantil e adulta.

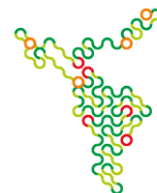
Palavras-chave: Direitos Humanos. Competências Socioemocionais. BNCC. Cidadania. Comunicação.

Common National Curriculum Base - BNCC: socio-emotional skills, citizenship and human rights

¹Juciele Silva Ortiz Rosa – Mestranda em Ciência da Educação – Universidad de la empresa – Montevideu, Uruguai. Pós graduada em Psicopedagogia Institucional pela Universidade Castelo Branco - RJ e Gestão Administrativa na Educação pela Escola Superior Aberta do Brasil – ES. Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UDF. Professora da Educação Básica na Secretaria de Educação do Distrito Federal. Gestora voluntária nos Escoteiros do Brasil.

² Adriana Pereira Frony – Mestranda em Ciência de la Educación em La Universidad de la Empresa – Montevideo – Uruguay. Pós graduada em Gestão Escolar pela UNB e Construtivismo Pós-piagetiano pelo GEEMPA. Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Católica de Brasília – DF e Licenciada em Administração de Empresas pela UNEB – DF. Professora da Educação Básica na Secretaria de Educação do DF. Gestora voluntária nos Escoteiros do Brasil

³ Fabrício Teodoro Abdel Qader - Mestrando em Ciência da Educação – Universidad de la empresa – Montevideu, Uruguai. Bacharel e Licenciado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense- UNESC



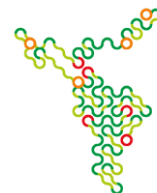
Abstract: Communication and information are essential for the development of citizens' opinions and values, based on the Universal Declaration of Human Rights, there is an ever-increasing flow of media, given that the media has conquered its place and through it the past society to have access to what is happening around the world. The use of information is as important as receiving it, in order to give opinions and defend points of view, it is necessary to develop skills to consolidate the right to take a stand in the face of questions that are sometimes not fundamental. The complexity of the social and technological transformations of the century. XXI demonstrate that it is necessary to develop skills that will contribute to the personal, social and professional spheres. The Common National Curriculum Base - BNCC from December 2017, presented ten general competences to be developed throughout Basic Education and which must be implemented by the year 2020 throughout the whole Brazilian territory, in this way the schools will provide opportunities for the student's integral education, adapting their pedagogical projects, aligning the cognitive curriculum with the socio-emotional curriculum. Communication, citizenship and human rights are closely linked to skills: knowledge; scientific, critical and creative thinking; communication and argumentation. Those socioemotional skills continue to be developed throughout school life and it will be fundamental for the student to develop a citizenship idea, which will make a difference in their student and adult life.
Keywords: Human Rights. Socioemotional Skills. BNCC. Citizenship. Communication.

Reconhecida pela UNESCO como direito fundamental, a comunicação tem papel importante para a formação cidadã. A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 estabelece em seu texto que o ser humano tem direito de opinião e expressão. Ao tratar desse direito reporta-se também à liberdade, liberdade que está voltada ao emitir opiniões, receber e transmitir informações e ideias, por quaisquer pessoas, realizadas por diferentes meios e sem barreiras que venham impedir a expressão.

Comunicação e informação são necessárias para a formação de opinião e construção valores dos cidadãos, é visível que a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é cada vez maior o fluxo de veiculação, tendo em vista que a mídia conquistou lugar e por meio dela a sociedade passou a ter acesso sobre o que ocorre por todo o mundo.

Fazer uso da informação é algo tão importante quanto receber a informação, para opinar e defender os pontos de vista é necessário desenvolver habilidades que venham consolidar o direito de se posicionar diante de questionamentos muitas vezes não fundamentados.

A complexidade das transformações sociais, tecnológicas, entre outras, que vem ocorrendo nesse século, demonstram a tão importante necessidade do desenvolvimento de competências que venham contribuir para com os âmbitos pessoal, social e profissional. Diante da ampliação da



relevância e do impacto que traz as competências na vida das pessoas, é possível identificar que as políticas públicas estão sendo atualizadas de forma a atender a necessidade do século.

A percepção quanto a atualização se dá por meio da atual proposta a da Base Nacional Comum Curricular – BNCC que a partir da homologação em dezembro de 2017, traz nessa última versão dez competências gerais com implementação até o final de 2020 em todo território nacional brasileiro, com isso, os Currículos Educacionais de todo país necessitam estar de acordo com a BNCC.

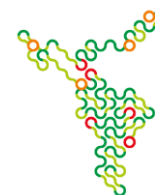
Portanto, o primeiro passo para que sejam difundidos os preceitos e valores definidos pela BNCC, parte da atualização do Currículo dos Estados por meio das Secretarias de Educação de todas as regiões brasileiras em atendimento ao documento base, mantendo dessa forma o Currículo à serviço da aprendizagem e à formação da cidadania.

As dez competências gerais devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica e fomentará às unidades escolares a adaptarem os seus projetos políticos pedagógicos incluindo oportunidades e elementos que promovam de forma efetiva tais competências que serão essenciais para a formação integral dos estudantes.

A comunicação, cidadania e direitos humanos estão intimamente ligados com as competências: conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, comunicação e argumentação que favorecerão o conviver, a resolução de conflitos, o autoconhecimento e a autonomia para que o estudante ao longo de sua vida escolar, ou seja, no período da Educação Básica possa desenvolver as competências que serão fundamentais para a sua vida adulta.

Desenvolver uma prática pedagógica que venha oportunizar a formação integral do estudante do século XXI, além de difundir conhecimentos, é chegado o momento em que a escola necessita se atualizar no sentido de atender às demandas que visam o estreitamento de laços entre professores e estudantes, bem como, entre estudantes, com o intuito de desenvolver um ambiente acolhedor, envolvendo práticas e vivências que possibilitem a resolução de problemas, superação de desafios, organização, controle emocional, entre outras características presentes no cotidiano escolar.

Ainda sobre as competências, que traz a discussão sobre reformas necessárias para que se compreenda quais competências seriam necessárias para a vida do estudante, na perspectiva de educação para a vida, Perrenaud traz sobre o desenvolvimento a partir da escolaridade obrigatória.



“Currículo por competências, “abordagem por competências, “trabalho por competências”, “ensino por competências”... A pesar de serem confusas, essas expressões constam em textos oficiais e enfeitam os discursos que abordam as necessárias evoluções dos objetivos da educação escolar básica. Compreende-se, claramente, que há uma insistência em relação ao desenvolvimento de competências a partir da escolaridade obrigatória. O que quer dizer que, atualmente, as competências não são ou são pouco desenvolvidas nesse nível de ensino.” (PERRENOUD, 2013, p. 9)

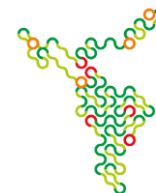
Vale salientar que as competências gerais abrangem as chamadas competências socioemocionais, que dialogam com os princípios da Educação em Direitos Humanos que estão previstas no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que dentre seus objetivos gerais enfatiza “o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática”.

O Currículo em Movimento do Distrito Federal, manteve na sua segunda edição a formação para a Educação Integral e os Eixos Transversais: educação para a diversidade, cidadania e educação em e para os direitos humanos e educação para a sustentabilidade, que promovem o desenvolvimento de ações pedagógicas que necessitam fomentar o pensamento crítico sobre temas, assuntos e informações que seguem para além do currículo integrado que visa a aprendizagem.

“...optou-se por manter as concepções teóricas e os princípios pedagógicos da 1ª edição do Currículo em Movimento: formação para a formação integral; Avaliação Formativa; Pedagogia histórico-crítica e Psicologia Histórico-cultural; Currículo Integrado, Eixos Integradores (para os Anos Iniciais: Alfabetização, Letramentos e Ludicidade; e, para os Anos Finais: Ludicidade e Letramentos) e Eixos Transversais (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade).” (DISTRITO FEDERAL, 2018, p.8).

O eixo transversal do Currículo em Movimento do DF, que abrange a Educação para e em Direitos Humanos trata de uma educação que visa o respeito às diferenças e ao compromisso com a transformação da realidade, a formação de estudante protagonista atuante e que fortaleça a sua ação na comunidade escolar e espaços que adentra, nesse sentido de atuação, busca pelos direitos e voz ativa a formação integral do estudante, se faz necessária e urgente, o que pode ser observado nos apontamentos indicados pelos estudos realizados pelo Ministério da Educação brasileiro e com base na última publicação da BNCC é possível identificar que o desenvolvimento das competências gerais em todo o período da Educação Básica vem de forma incisiva, para um olhar efetivo a essa formação.

Na perspectiva de inclusão, se faz necessária a democratização de saberes de modo a possibilitar as aprendizagens para todos, considerando os eixos transversais, é possível disseminar no trabalho hábitos e atitudes a serem tomadas pelas posturas dos estudantes que estão em busca de



conquistar seus espaços como protagonistas e para isso necessita de autonomia. A autonomia vem com o autodesenvolvimento promovido pelas práticas diárias de diálogo, discussões, trocas de experiências, nos pontos e contras pontos que surgem diante de informações, sobre as quais o estudante da atualidade tem o desejo de se posicionar, opinar e discutir.

Nesse sentido, a sala de aula necessita de forma imediata e ágil ressignificar, enquanto espaço de trocas de experiências e vivências entre sujeitos e o conhecimento, o diálogo, a curiosidade, as dúvidas e questionamentos, onde pode cada sujeito pode propor e assumir posturas embasadas nos conhecimentos adquiridos muitas vezes por diferentes meios de comunicação, em espaço extra-escolar, e que trazem para si o empoderamento e o protagonismo visando a conquista da autonomia.

As competências adquiridas e desenvolvidas são, portanto, determinantes de um perfil de estudantes ao fim da escolaridade de nível fundamental e, ao mesmo tempo, apontam para o tipo de cidadão e sociedade que se pretende coletivamente construir. São elas que permitirão aos estudantes se apropriarem dos conhecimentos construídos ao longo da história e construir seus próprios conceitos, ter consciência para elaborar manifestações artísticas e culturais podendo desfrutar das mesmas, solidificarem e promoverem o entendimento mútuo, entenderem as relações sociais sejam de produção, de discussões, respeitando as demais opiniões, o exercício da cidadania e definir o que desejam estabelecendo seus próprios projetos e desejos para a sua vida.

Para todo esse aprendizado os aspectos socioemocionais são de suma importância, pois capacitam as pessoas a buscarem o que desejam, a desenvolverem as tomadas de decisões e definirem objetivos, diante de situações adversas, porém sendo protagonista do seu próprio desenvolvimento. Para toda essa aprendizagem não estão envolvidas as competências ligadas ao raciocínio e à memória, há que se envolver os aspectos que venham fortalecer a motivação e o controle de ansiedade e emoções.

Pautando pela UNESCO, no relatório "Educação um Tesouro a Descobrir" de Jacques Delors, pode-se relatar que o estudante além de todo processo educativo que desenvolve as competências cognitivas necessita ser complementado pelas competências socioemocionais, pois estudantes que recebem uma formação com abertura a novas experiências, vivências, estabilidade emocional, apresentam maior facilidade para aprender. Estando esse estudante em ambiente com uma vivência escolar que oportunize relação entre as competências cognitivas e as competências socioemocionais,



a possibilidade de aprender a ser, a conviver, a fazer e a aprender, se fará presente o que será primordial para a formação integral.

“A educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro”. (DELORS, 1997, p. 89)

Delors indica que por meio das políticas educativas democráticas, as instituições passam a assumir o compromisso de educar os sujeitos para a cidadania. Para tanto, toda perspectiva pedagógica, curricular e organizacional constitui-se na e pela política de cooperação o que hoje é suscitada pela BNCC.

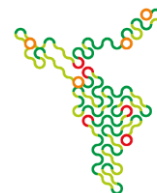
Oferecer e possibilitar aos estudantes no período da educação básica, uma educação que os leve a desenvolver competências necessárias para aprender, conviver e trabalhar em uma sociedade com diferentes complexidades de relações humanas, de direitos e deveres por muitas vezes não garantidos, é o grande desafio a superar, pois para além da aprendizagem dos conteúdos curriculares, há que se formar pessoas colaborativas, com pensamento crítico e preparadas para resolver conflitos.

Perrenoud, traz ainda, uma reflexão sobre a missão da escola, se essa estaria sendo cumprida e até mesmo se o desenvolver das competências estaria tirando horas da aprendizagem tradicional. O autor faz um chamado a uma discussão para tratar dos saberes necessários a serem desenvolvidos pela escola, e como desenvolvê-los. Traz também, o viés da importância das competências para o ensinar.

“A outra concepção é aquela que vê a escola como uma preparação para a vida, dando prioridade aos mais desfavorecidos, àqueles que abandonarão os estudos ainda muito jovens, sem bases necessárias para aprender com facilidade aquilo que lhes faltará num dado momento da sua vida de adulto.” (PERRENOUD, 2013,p.19)

Unida às competências, Edgard Morin por meio da teoria Complexidade do Pensamento, defende a importância de ter o pensamento complexo, capaz de relacionar, contextualizar e religar diferentes saberes ou dimensões da vida. Quanto a isso, o autor enfatiza que a humanidade necessita abrir a mente, ter escuta sensível, responsabilidade e compromisso com a transformação de si e do mundo e para isso há que se estabelecer algumas ações.

“É fundamental criar espaços dialógicos, criativos, reflexivos e democráticos capazes de viabilizar práticas pedagógicas fundamentadas na solidariedade, na ética, na paz e na justiça social. Uma educação que privilegie os sete saberes e seja pautada no desenvolvimento da compreensão e da condição humana, na cidadania e na ética do gênero humano poderá colaborar para que os indivíduos possam enfrentar as múltiplas crises sociais, econômicas, políticas e ambientais...” (MORIN, 2014. p. 9)



Tanto Morin quanto Perrenoud compartilham da opinião de que somente pela educação será possível mudar as atitudes das pessoas, o acesso à cultura, ao conhecimento que permite ver o mundo de forma diferente, interagindo mais e positivamente com todos ao seu redor, é o primeiro passo para a inserção em um mundo diferente, outros comportamentos, outras atitudes.

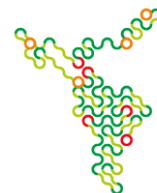
Jacques Delors, coloca que compete à escola a ação comprometida com a recriação de seus currículos, projetos, sua estrutura e organização, para que de posse da diversidade cultural seja possível a constituição participativa e coletiva de redes conceituais (planejamento a partir da realidade) e práticas capazes de promover a intervenção social. O espírito de globalização, de interdependência começa na troca eu-outro, eu-outro (localidade e regionalidade) e, por conseguinte, ampliando-se para a mundialização.

“...a educação para o pluralismo é, não só, uma barreira contra a violência, mas um princípio ativo de enriquecimento cultural e cívico das sociedades contemporâneas. [...] uma educação adaptada aos diferentes grupos minoritários surge como uma prioridade. Tem como finalidade levar as diferentes minorias a tomar nas mãos o seu próprio destino.” (DELORS, 2003, p. 58)

Por fim, a formação integral necessita ser difundida, pensada e realizada de forma a atender, além do acesso à educação por todas as pessoas, o que é um direito, fortalecendo também as oportunidades oferecidas com o objetivo de alcançar o desenvolvimento humano, oferecendo desenvolvimento cognitivo, e em especial, o desenvolvimento socioemocional.

Referências

- ASCANO, M.. **La investigación en el aula**. Montevideo: Grupo Magro, 2009
- BOGDAN, R. C., & BIKLEN, S. K. (1998). **Qualitative research in education: an introduction to theory and methods** (3a ed.). Needham Heights: Allyn and Bacon.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 8. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.
- GIALDINO, Irene Vasilachis de - **Estrategias de Investigacion Cualitativa** - Editora Gedisa. Barcelona: 2006
- Gil, A. C. (2010) **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas.
- Hernández Sampieri, R.; Fernández Collado, C.; Baptista, L. P. (2010). **Metodología de la investigación**. México: McGraw Hill. Recuperado de: https://www.esup.edu.pe/descargas/dep_investigacion/Metodologia%20de%20la%20investigaci%C3%B3n%205ta%20Edici%C3%B3n.pdf

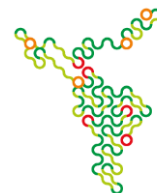


MINAYO, Maria Cecília E. de Souza (2013) **La artesanía de la investigación cualitativa**. Buenos Aires: Lugar

NEOSCIENTIA. Site desenvolvido por Pedro Margolles com indicações de ferramentas e programas. Recuperado de: <http://www.neoscientia.com/> Acesso el: 02 mayo 2018.

PERRENOUD, Philippe. **Desenvolver competências ou ensinar saberes?** A escola que prepara para a vida. Porto Alegre: Penso, 2013. 224 p.

ROJAS, R. La investigación cuantitativa (2003). In: Rossana Barragán (Coord.) **Guía para la formulación y ejecución de proyectos de investigación**. La Paz: PIEB.



DESDOBRAMENTOS (TRANS)DISCIPLINARES: POR UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Ana Carina Baron Engerhoff¹

Resumo: O projeto de pesquisa e extensão “Conexão Escola-Mundo: espaços inovadores para formação cidadã” (CED-UFSC), através de uma perspectiva hacker (colaboração, autoria, produção, protagonismo), propõe-se a uma investigação-ação nas escolas que busca educar para os direitos humanos. Em 2019, algumas turmas do Colégio de Aplicação da mesma universidade foram envolvidas pela proposta que, nos sétimos anos, foi conduzida pelos educadores Ana Carina Baron Engerhoff, André Peron e Fabíola Costa. Respectivamente professores de Português, Geografia e Artes, juntos tiveram o desafio de sensibilizar os estudantes para alguma temática ligada aos direitos humanos de forma transdisciplinar, além de explorar a problemática em suas aulas específicas em diálogo com os conteúdos. Após uma etapa de atividades, a partir das quais se identificou a falta de empatia como o foco do trabalho, seguiram-se diversas ações coletivas. Em Língua Portuguesa, os elos com o tema foram estabelecidos com a abordagem do gênero textual “notícia”. Assim, foram feitas reflexões e produções que repensaram que fatos chegam até nós, o modo como chegam e ainda problematizaram os impactos negativos das “fake news” para a vida das pessoas.

Palavras-chave: Educação. Direitos humanos. Notícia.

(Trans)disciplinary developments: for an education in human rights

Astract: The project "School-World Connection: innovative spaces for citizen training" (CED-UFSC), through a hacker perspective (collaboration, authorship, production, protagonism), proposes an action-research in schools that seeks to educate for human rights. In 2019, some classes of the Colégio de Aplicação of the same university were involved by the proposal that, in the seventh year, was led by educators Ana Carina Baron Engerhoff, André Peron and Fabíola Costa. Teachers of Portuguese, Geography and Arts, together, had the challenge of sensitizing students to some theme related to human rights in a transdisciplinary way, besides exploring the problematic in their specific classes in dialogue with the contents. After a stage of activities, from which the lack of empathy was identified as the focus of the work, collective actions started. In Portuguese, the links with the theme were established with the textual genre "news". Thus, reflections and productions were made that rethought what facts come to us, how they arrive and still problematized the negative impacts of "fake news" on people's lives.

Keywords: Education. Human Rights. News.

¹ Docente do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)- Florianópolis/SC.



A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos: primeiro, é uma educação permanente, continuada e global. Segundo, está voltada para a mudança cultural. Terceiro, é educação em valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, ou seja, não se trata de mera transmissão de conhecimentos. (BENEVIDES, 2007)

O contexto

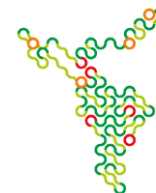
Em 2019, o UNICEF divulgou uma pesquisa a respeito de violência contra crianças: um em cada três jovens em 30 países disse ter sido vítima de *bullying online*. No Brasil, 36% dos adolescentes que participaram da consulta informaram já ter faltado à escola após ter sofrido *bullying online* de colegas de classe, maior índice entre os países pesquisados.²

No Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (CA/UFSC), em algumas séries, problemas como esse, de compartilhamento de imagens e zombaria entre os estudantes, levaram a uma atitude severa da gestão: proibir o uso de celulares durante o período escolar. No entanto, sabemos, tal medida poderia amenizar essas situações, mas não as impedir. Essa ideia de que há um “dentro” da escola e um “fora”, dominado pela cultura digital, é uma ilusão.

Assim, quando, ao final de 2018, o grupo de pesquisa Comunic convidou os professores do 7º ano da escola a participarem do projeto de pesquisa e extensão “Conexão Escola-Mundo: espaços inovadores para formação cidadã”, a proposta soou uma oportunidade e tanto para três docentes: Ana Carina Baron Engeroff, professora de Português, André Peron, professor de Geografia e Fabíola Costa, de Artes Visuais.

Tratava-se de um projeto de pesquisa muito maior, coordenado pelo professor Nelson De Luca Pretto (UFBA), em parceria com os pesquisadores (coordenadores associados) Andrea Lapa (UFSC), Fábio Gouveia (UFES), Fernanda Lapa (IDDH), Antonio Bartolomé (Universitat de Barcelona), Mario Pireddu (Universidade Roma Tre), Karla Brunet (UFBA) e Rafael Perriti Pezzi (UFRGS). Partindo da observação do aumento da intolerância, do discurso de ódio e da violência no mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, de uma expectativa não realizada da potencialidade de empoderamento de cidadãos a partir de um contexto de imersão tecnológica dada por novas formas não hierárquicas e bidirecionais de comunicação, projetava-se na formação de sujeitos, na escola, o caminho para a superação da barbárie (ANTUNES e ZUIN, 2008).

² A pesquisa foi noticiada no site da UNICEF, em setembro de 2019: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/mais-de-um-terco-dos-jovens-em-30-paises-relatam-ser-vitimas-bullying-online>



Uma das premissas do projeto constituiu-se na perspectiva hacker, ou seja, a imersão na cultura digital em uma perspectiva ativista de empoderamento, autoria e produção colaborativa. Busca-se a criação de metodologias transformadoras para a formação cidadã que estabeleçam na escola um novo paradigma, tanto no âmbito do ensino como na formação de professores e na recomendação para políticas públicas originais. Desenvolve-se, ainda, uma plataforma colaborativa de comunicação e colaboração, com vistas a se tornar um lugar aberto de autogestão do projeto e das ações a eles associadas.

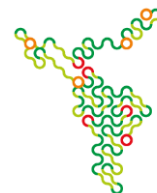
A metodologia

O Projeto Conexão Escola-Mundo chegou ao CA/UFSC no ano de 2017 e teve seu primeiro ciclo de atividades em 2018, envolvendo seis professores e 180 estudantes de Anos Finais e Ensino Médio. Através de um trabalho colaborativo multi e interdisciplinar de ação e reflexão, realizou-se uma intervenção-ação a partir de uma metodologia que envolvia uma série de etapas:

- 1- Integração universidade-escola (aproximação com o contexto educativo e constituição de comunidade de prática e de aprendizagem);
- 2- Identificação dos desafios do contexto educativo (levantamento de demandas a partir de dinâmicas colaborativas);
- 3- Seleção e aprofundamento do problema educativo a ser trabalhado no ciclo (metodologia da “Árvore de Problemas”);
- 4- Criação coletiva da intervenção educativa (método Task Analysis);
- 5- Detalhamento do planejamento da intervenção;
- 6- Aplicação da intervenção;
- 7- Análise, avaliação e replanejamento.

No ano de 2019, seis docentes envolveram suas turmas na atividade do projeto. Nos sétimos anos, como já mencionado, éramos três.

Para a etapa dois, que consistia na busca pela demanda que seria o tema-alvo do trabalho, realizamos nas turmas atividades em torno da ideia do “mimimi”. Havia um cartaz, nas salas de aula, com a provocação para o assunto e uma caixa para coleta de ideias dos estudantes. Eles deveriam escrever, em papéis de cores diferentes, o que seria “mimimi” e como isso aparecia na internet.



Após uma semana, realizamos um encontro, juntamente com pesquisadores do Comunic, com o objetivo de socializar e explorar o que haviam escrito. Os estudantes foram organizados em grupos, selecionaram os papéis que continham conteúdo que julgassem mais relevante. Coletivamente, organizaram-se e agruparam-se os assuntos. Assim, formamos alguns “eixos” a partir dos quais cada grupo construiria um mapa da empatia. Foram alguns deles: drama desnecessário, não aceitar a derrota, “depressão” para chamar atenção e drama por amor/rejeição.

Depois, receberam um papel A3 com perguntas que conduziam a construção do “mapa da empatia”. Tratava-se da criação de um personagem que vivia uma situação daquelas selecionadas. Dever-se-ia pensar o que a pessoa sentia, o que pensava, como agia, etc.

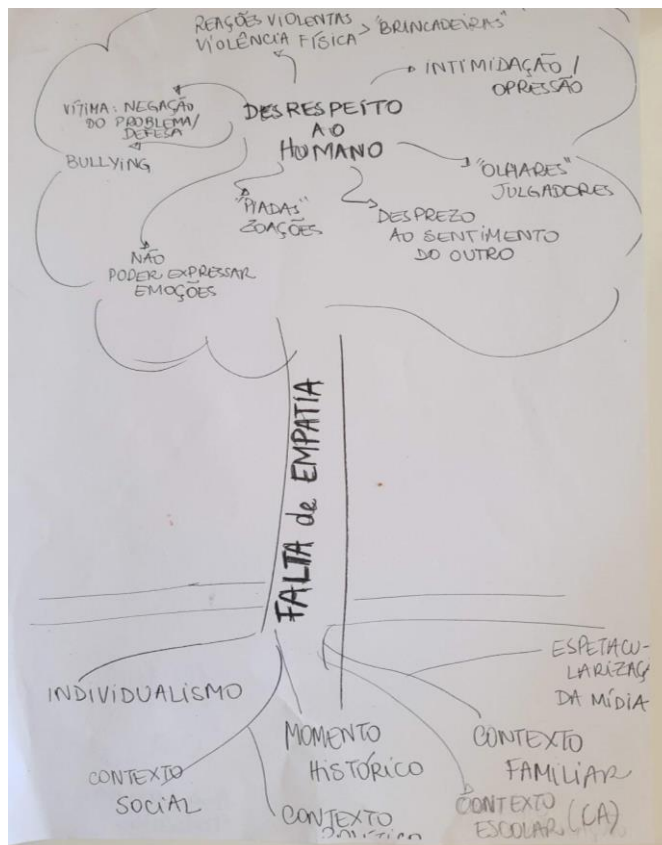
Vários mapas apresentaram tentativas de explicar por que as pessoas agiam daquela forma, apontando problemas familiares, a incompreensão ou a solidão. Algo que nos chamou atenção foi que, em mais de uma turma, havia uma representação que aludia a uma colega. Os estudantes, mesmo sabendo que a referência era evidente, não se constrangeram de a apresentar e a expor.

Fizemos um novo encontro que retomou os mapas que circularam entre os grupos (dinâmica do World Café), podendo sofrer intervenções. Nesse momento, houve contribuições positivas, outros comentários superficiais, mas percebemos muitas intervenções agressivas, seja ridicularizando o personagem como criticando os colegas que haviam feito o trabalho.

A etapa três consistiu na análise dos mapas da empatia e também das observações realizadas na primeira etapa. Assim, construiu-se uma árvore que buscava representar a identificação do principal desafio (o tronco), as manifestações disso (a copa) e as possíveis causas (as raízes). Escolhemos, assim, como nosso tema a falta de empatia.



Figura 1 – Árvore de Problemas



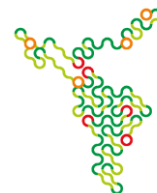
Fonte : Registro fotográfico da pesquisa, acervo do projeto “Conexão Escola-Mundo”

Na reunião de Task Analysis, a etapa quatro, com membros em número paritário - três professores, três pesquisadores do Comunic, três estudantes do 7º ano (um de cada turma) e a mediadora Andréa Lapa, construímos propostas de ação que incluíam um evento com toda a escola.

A partir daí, seguiram-se várias outras reuniões para planejar a ação, o que chamamos os “desdobramentos” integrantes da etapa cinco.

As ações

Em outubro, realizamos uma “tarde diferentona” com os estudantes dos sétimos anos, algo próximo ao que se tinha pensado na etapa 4. Éramos docentes de disciplinas diferentes e abordamos, conjuntamente a temática da empatia de forma transdisciplinar. Havia um circuito com quatro diferentes dinâmicas de grupo (Guia do cego, Dinâmica da empatia, Dinâmica da Ponte e da Bala). Também exibimos um vídeo feito a partir da edição de outros em que pessoas davam depoimentos



peçoais sobre racismo e bullying, além de trechos de animações ou documentários sobre outras diferenças como a deficiência. Nosso objetivo em todas essas atividades era sensibilizar os estudantes de alguma forma para o que viria a seguir: propor, em grupos, ações que mudassem situações de desrespeito.

Embora tivéssemos levantado muitas ideias tanto no planejamento com o Comunic como com as turmas, os limites impostos pelo contexto de 2019 (a crise orçamentária das universidades federais que motivou paralisações) e, ainda, o fim do ano letivo se aproximando, fizeram com que precisássemos buscar novos caminhos de ação. Encontramos a disciplinaridade como uma potencial solução.

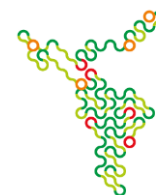
Em Geografia, o professor André Peron já executava o ‘Desafio das Vivências’, uma atividade em grupos que consistia em atividades de pesquisa e estudo em torno da temática dos Direitos Humanos e da desigualdade social no Brasil. O diferencial da proposta estava no fato de que os estudantes recebiam cartões em que constavam diferentes condições físicas ou sociais, determinando um comportamento que deveriam ter no trabalho em grupo. Assim, mais do que o aprendizado por meio das leituras, do debate e das produções escritas, buscava-se um aprendizado advindo dessas condições e relações.

Em Artes, resgatou-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, questionando até que ponto as prerrogativas universais detalhadas no documento eram efetivamente respeitadas e garantidas a todos os seres humanos. Após retomar o tema da empatia, foram definidas no coletivo as ações a serem desenvolvidas: mesa de escuta, entrega de elogios, grafite, *stencil art* e filmagens das ações. Inspirados em Banksy, os estudantes fizeram intervenções no campus da UFSC.

As notícias

Como inserir a temática dos Direitos Humanos, mais especificamente a empatia, nas aulas de Língua Portuguesa? Em certa medida, isso não seria difícil, por ser uma disciplina que permite a abordagem dos mais diversos temas, mas o desafio era tratar dele de modo natural, integrado aos conteúdos previstos.

O gênero textual estudado naquele trimestre era a notícia. Já havíamos lido diferentes textos, compreendido sua estrutura básica, analisado diferentes formas de informar sobre determinado fato,

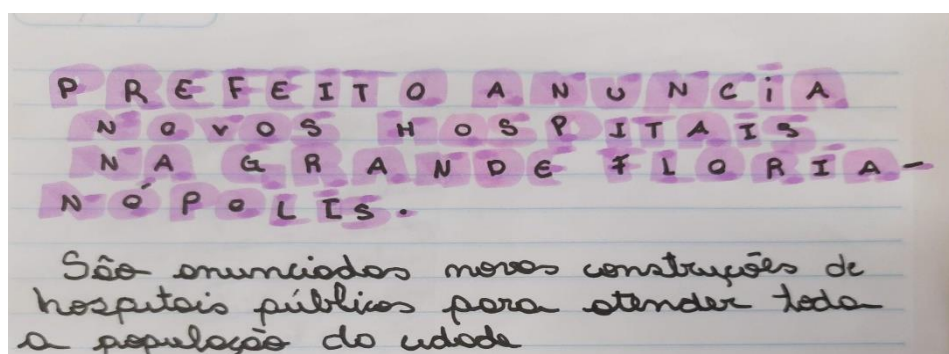


observado as diversas fontes à disposição e discutido a confiabilidade das informações que chegam até nós. Era hora de produzir algo.

Nosso elo com a temática da empatia foi uma tirinha de Armandinho, de Alexandre Beck, em que o personagem propõe que façamos as notícias boas em meio a apenas fatos negativos nos jornais. Tínhamos, antes disso, lido notícias sobre a difícil situação da UFSC e sobre episódios de racismo.

Vimos alguns sites que só divulgam fatos positivos como “Razões para acreditar” e discutimos um pouco o tema. Então, a proposta foi responder a pergunta “que notícias gostaríamos de ver?”, pensando em acontecimentos que impactassem positivamente na vida das pessoas, ou seja, que tivessem uma abordagem empática. Os estudantes, assim, imaginaram a cura do câncer e de outras doenças, atitudes solidárias, resíduos virando sorvete nutritivo, o projeto Coletivo Lixo Zero, do CA, produzindo papel para toda a cidade.

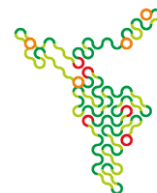
Figura 2 – Exemplo de notícia produzida pelos estudantes



Fonte : Registro fotográfico da pesquisa, acervo do projeto “Conexão Escola-Mundo”

Através de vídeos, reportagens e notícias, também problematizamos os efeitos da divulgação de *fake news*, discutindo como podem colocar em risco a saúde das pessoas, moldar a visão de mundo delas e ainda levar a atitudes de grande violência.

Os estudantes pesquisaram dicas de como identificar *fake news* e elaboraram uma história em quadrinhos para informar outras pessoas, no caso as turmas do 6º ano.



Desafios e oportunidades

Andrea Lapa, Tainá Vital e Sabrina Silva (2020) apontaram alguns aspectos que se apresentaram desafios não superados, nas ações realizadas em 2018, pelo projeto Conexão Escola-Mundo no Colégio de Aplicação:

- a) ausência da apropriação hacker na integração de TIC (dificuldade de subverter a lógica programada ou o senso comum na integração das tecnologias na educação como instrumento e não fundamento);
- b) dificuldade de superar os engessamentos da escola (tempos de aula de 45 minutos, aulas orientadas por disciplinas, atividades como tarefas avaliadas);
- c) descompasso entre a ética hacker e a escola.

Tendo encerrado a intervenção nas três turmas de sétimos anos com um fechamento simbólico – a exibição do filme “Extraordinário” e uma dinâmica de entrega de marcadores de páginas com mensagens aos colegas, avaliamos nossa trajetória à luz dessas reflexões que nos precederam.

De fato, não conseguimos promover uma apropriação hacker na integração das TICs e tivemos dificuldade em garantir um protagonismo “pleno” dos/as estudantes. Os “tempos da escola”, com seus prazos e horários foram outro fator limitador. Por outro lado, subvertemos, em muitos momentos, a organização disciplinar que pode atrapalhar trabalhos como esses e unimos forças para executar atividades que não costumam encontrar espaço na escola. E, quando foi conveniente, conseguimos utilizar as disciplinas como mais um braço do projeto, num ir e vir importante que não limita a ação a um caráter transdisciplinar ou disciplinar.

Em Português, percebe-se a grande potencialidade que é aprofundar o estudo do gênero textual notícia, em ações futuras, inserindo reflexões sobre a empatia no Jornalismo.

Vera Candau(2008) defende que atividades esporádicas que sensibilizem as pessoas não é suficiente para uma educação em Direitos Humanos, que é necessário que essa perspectiva adentre o projeto políticopedagógico e as diferentes áreas curriculares. Então, sabemos que essa intervenção de 2019 deve ser só o começo de um trabalho que, aos poucos, deve entranhar-se na escola e nela permanecer.



Referências

AGUADO, A.G.; CANOVAS, I.A. Educación hacker: una expresión emergente de la pedagogia crítica para la sociedad em red. Revista Teias v. 20 (Edição Especial - 2019): Educação ativista na cibercultura: experiências plurais, 2019, p. 167-183.

ANTUNES, Deborah Christina, ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. **Psicologia & Sociedade**, 2008, 20 (1), 33-41. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326454004> Acesso em 20/02/2020.

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em Direitos Humanos: Do que se trata? In: Programa Ética e Cidadania, 2007. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf>. Acesso: 10 de junho de 2019.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução. CNE/CP, 2012b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866> Acesso em: 20/02/2020

CANDAU, V. M. Educação e Direitos Humanos, Currículo e estratégias pedagógicas. In: ZENAIDE, M. de N., et al (Orgs.) **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008.

COELHO, Isabel Colucci. **Não é mimimi. Proposta de educação intercultural em direitos humanos na cultura digital**. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2020.

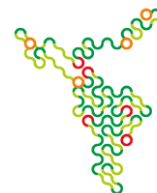
LAPA, Andrea; CRESCENZI, Lucrezia Lanna; SILVA, Sabrina Severo da. Desafios da pesquisa ativista em educação. **Revista Teias**, v. 20, 2019.

LAPA, A. PRETTO, N. Inovar com os hackers na educação. In: DIAS, P.; MOREIRA, D.; QUINTAS-MENDES, A. Inovar para a qualidade na educação digital. Ed: Universidade Aberta de Portugal, 2019, p. 99-116. Coleção Educação a Distância e eLearning, no. 6. Disponível em: <https://portal.uab.pt/colecao-educacao-a-distancia-e-elearning/>. Acesso em: 16/07/2021

LAPA, A.; VITAL, T.; SILVA, S. Educação em direitos humanos na escola hacker. Lindín, C., Esteban, M. B., Bergmann, J. C. F., Castells, N., & Rivera-Vargas, P. (Ed.). **Libre d'actes de la I Conferència Internacional de Recerca en Educació**. Educación 2019: reptes, tendències i compromisos (4 i 5 de novembre de 2019, Universitat de Barcelona). Albacete: LiberLibro, 2020, p.

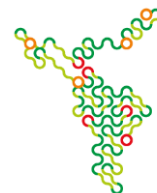


Universidade do Extremo Sul Catarinense
IV Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e
Educação
Desafios Contemporâneos das Sociedades Ibero Americanas



843- 850. Disponível em: http://www.ub.edu/ired19/actes_proceedings_ired_19.pdf. Acesso em 20/02/2020.

PRETTO, Nelson De Luca. **Educações, culturas e hackers**: escritos e reflexões. Salvador, Bahia: Edufba, 2017.



DIREITOS HUMANOS E JORNALISMO: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DESSAS DUAS PRÁTICAS SOCIAIS NA ATUALIDADE

Lynara Ojeda de Souza³

Resumo: O trabalho busca discutir a relação entre direitos humanos e a atividade jornalística como práticas sociais. Apresentamos um levantamento histórico acerca da construção de um conceito de direitos humanos e a sua universalização como valor central e fruto de uma ideia de sociedade moderna. Resgatamos também aspectos que indicam o jornalismo como uma atividade que ganha importância e passa a exercer relevante papel na vida cotidiana ao adentrarmos a modernidade, entendendo, assim, que direitos humanos e jornalismo fazem parte da concepção do moderno. Propomos, a partir daí, uma reflexão acerca do papel da imprensa na promoção dos direitos humanos, bem como a discussão acerca de como essas duas práticas sociais entram em descrédito na atualidade. Após esse processo, acreditamos que a pesquisa possa nos indicar e algumas compreensões acerca do papel que a atividade jornalística tem exercido ao pautar assuntos de relevância social, além sugerir como esse tema está sendo interpretado e incorporado pela sociedade.

Palavras-chave: Direitos humanos. Jornalismo. Sociedade.

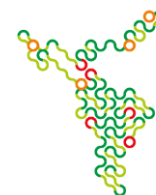
Human rights and journalism: reflections on the importance of these two social practices today

Astract: The work seeks to discuss the relationship between human rights and journalistic activity as social practices. We present a historical survey about the construction of a concept of human rights and its universalization as a central value and fruit of an idea of modern society. We also rescue aspects that indicate journalism as an activity that gains importance and starts to play a relevant role in daily life as we enter modernity, thus understanding that human rights and journalism are part of the concept of the modern. We propose, from there, a reflection about the role of the press in the promotion of human rights, as well as the discussion about how these two social practices come into discredit today. After this process, we believe that the research can indicate us and some understandings about the role that the journalistic activity has played in guiding subjects of social relevance, besides suggesting how this theme is being interpreted and incorporated by society.

Keywords: Human rights. Journalism. Society.

Os direitos humanos e sua efetivação constituem uma temática social recorrente, principalmente quando nos deparamos com acontecimentos violadores da dignidade humana. Ao se pensar na luta histórica por direitos humanos, é possível defini-la como uma busca pela alteridade, pela responsabilidade e pelo compromisso com a inviolabilidade do outro (COMPARATO, 2010).

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC), Florianópolis, Brasil. E-mail: lynaraojeda@gmail.com



Ao longo dos tempos existiu uma necessidade humana em identificar instrumentos ou mecanismos que permitissem a garantia à liberdade individual, o ir e vir, o livre pensar, a livre manifestação de ideias; assegurar ao indivíduo a possibilidade de ser ele mesmo e de manifestar sua presença no mundo.

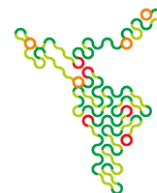
Desde o advento da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 e a reiteração na Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993, a sociedade ocidental tem se organizado de modo a tentar compreender essa concepção como um conjunto mínimo de direitos que cada ser humano possui baseado no respeito e garantia de sua dignidade. É daí que decorre a importância dos direitos humanos no mundo contemporâneo, bem como a incorporação do tema nos discursos e atividades por parte de diversos segmentos da sociedade, principalmente governos, movimentos sociais e veículos de comunicação.

No Brasil, a Constituição Federal foi promulgada em 05 de outubro de 1988 e em seu artigo 1º traz que “a República Federativa, formada pela união indissociável dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: II – a cidadania; III – a dignidade da pessoa humana”. A partir da Constituição, observamos que a dignidade humana pode ser considerada o fundamento do Estado brasileiro. E como fonte de valor, é dessa dignidade humana que decorre todos os demais direitos humanos. Embora existam legislações e acordos internacionais que indicam os direitos humanos como um conceito central para a manutenção da dignidade do indivíduo, muitas pessoas ainda sofrem violações de direitos.

Desse modo, é reconhecida a relevância do papel da imprensa na luta contra regimes ditatoriais e violentos e na denúncia de atrocidades cometidas contra a humanidade. A atividade jornalística apresenta-se como importante sentinela e protagonista no controle social de Estados para a não violação dos direitos humanos. Como Gomes (2003) explica: é a ação política e a busca pela justiça que dão sentido ao jornalismo.

O jornalismo tem, entre outras, uma origem panfletária que conclama à ação política, que congrega em torno de ideais e mobiliza em direção às lutas. Se ele conserva esta veia, ainda que muitas vezes só insinuada pela posição ideológica das empresas jornalísticas, ela se revela no que aparece como evidente marca das últimas décadas: a visada da crítica, da denúncia, da vigilância, do apelo à justiça, que lhe é vital (GOMES, 2003, p. 15).

Isso indica que uma prática jornalística dedicada à contextualização das notícias é capaz de fortalecer a cidadania e auxilia a revigorar e ampliar o capital social. Outro papel relevante dos veículos de imprensa diz respeito à sua capacidade de influenciar e de construção da agenda pública,



auxiliando diretamente na tomada das decisões por parte dos agentes públicos, além de atuar como vigilantes da construção e efetivação das políticas de direitos. Em diversas situações, é a partir do momento em que a mídia lança luz sobre os direitos humanos violados ou escassez de políticas públicas que a população passa a cobrar do Estado a garantia da cidadania.

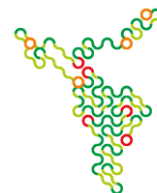
O presente trabalho busca compreender como a relação entre direitos humanos e jornalismo se dá na atualidade, considerando que as duas práticas sociais são frutos de uma concepção de sociedades modernas. Propomos uma reflexão, ainda que preliminar, sobre a erosão em que o reconhecimento da relevância dessas práticas se encontra hoje, para a partir daí, tentarmos interpretar qual é a importância dos direitos humanos e do jornalismo na vida cotidiana em tempos de mudanças de paradigmas.

Direitos humanos e o ideal de sua universalização nascido na modernidade

Historicamente, é a partir da ideia de que todo ser humano nasce com a necessidade de ter sua dignidade e liberdade garantidas que surge a concepção dos direitos do sujeito, (ARENDT, 2012; COMPARATO, 2010; PIOVESAN, 2007; VIEIRA, 2011).

O sentido de dignidade, igualdade e inviolabilidade da honra de todas as pessoas passa a nortear todos os registros dos direitos humanos ao longo do tempo, como na Declaração do Povo da Virgínia, de 12 de junho de 1776, que indica que a igualdade de todos os indivíduos deve ser compreendida como algo nato. “A busca pela felicidade, que foi o paradigma da declaração de Independência dos Estados Unidos, é a razão de ser desses direitos inerentes à própria condição humana, razão de ser imediatamente aceitável por todos os povos” (COMPARATO, 2010, p. 38). Essa ideia de liberdade e igualdade é retomada e reafirmada na Revolução Francesa, no artigo primeiro da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que afirma: “Os homens nascem livres e iguais em direitos”. Porém, como indica Comparato (2010), foi em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que a concepção de organização e respeito de uma vida comum e solidária entre os homens foi reconhecida.

Além disso, é preciso assimilar que a chave para a compreensão histórica dos direitos humanos está no entendimento de que eles sempre foram pensados e estabelecidos a partir de grandes violências. Nesse sentido, Piovesan (2014) complementa ao indicar que os direitos humanos estão inseridos em um terreno de disputa simbólica.



A ética emancipatória dos direitos humanos demanda transformação social, a fim de que cada pessoa possa exercer, em sua plenitude, suas potencialidades, sem violência e discriminação. É a ética que vê no outro um ser merecedor de igual consideração e profundo respeito, dotado do direito de desenvolver as potencialidades humanas, de forma livre, autônoma e plena. Enquanto um construído histórico, os direitos humanos não traduzem uma história linear, não compõem uma marcha triunfal, nem tampouco uma causa perdida. Mas refletem, a todo tempo, a história de um combate, mediante processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana (PIOVESAN, 2014, p. 337).

Em um contexto ocidental, a busca e defesa dos direitos humanos sempre surgiram em terreno de lutas físicas e simbólicas, e tais direitos muitas vezes foram pensados somente no decorrer de acontecimentos trágicos, fruto de extrema violência, como na Segunda Guerra Mundial, que resultou na criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, para que assim fossem estabelecidas ações conjuntas entre os Estados para promoção e garantia da paz. Foi a partir de então que surgiu a preocupação no sentido de elaboração de uma Declaração de Direitos que definisse as diretrizes para reorganização dos Estados. Assim, no dia 10 de dezembro de 1948, tal documento foi aprovado, recebendo o nome de Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Vieira (2011) explica que foi no período pós-Guerra que se reconheceu a necessidade de dar força à concepção de defesa e internacionalização dos direitos humanos, visando cada vez mais a sua garantia.

Após a Segunda Guerra Mundial, os direitos humanos adquiriram uma força autônoma culminando na massificação do processo de internacionalização desses direitos, com instituições e corpos de leis específicos para sua garantia. Com as grandes tragédias genocidas da guerra, essas instituições ganharam proeminência e passaram a representar, simbolicamente, a luta pelos Direitos Humanos. Igualmente, elas representaram o início de uma perspectiva de sociedade civil global. Juntamente com tais instituições a visão do ideal democrático, sustentado principalmente pela universalidade dos direitos humanos, parece ter se tornado a sina do mundo (VIEIRA, 2011, p. 16).

Para Comparato (2010), a criação da Declaração Universal e sua oficialização propiciaram a expansão dos direitos e, aliada a isso, toda a concepção dos direitos humanos nascida basicamente em dois países, Estados Unidos e França, foi transportada para outras realidades sociais que se apoderaram das ideias e as alinharam com a necessidade da reformulação do Estado.

O processo de universalização dos direitos humanos permitiu, por sua vez, a formação de um sistema internacional de proteção. A partir da aprovação da Declaração Universal e da concepção contemporânea de garantia da preservação da dignidade do indivíduo por ela iniciada, começa a se



desenvolver uma normativa internacional dos direitos humanos, estabelecendo a adoção de tratados internacionais voltados para a proteção de direitos fundamentais.

Piovesan (2014) afirma que a Declaração Universal confere lastro de valor a esse campo do direito, com ênfase na universalidade, na indivisibilidade e na interdependência dos direitos humanos. Como defende Bobbio (1988, p. 30), “os direitos humanos nascem como direitos naturais universais e desenvolvem-se como direitos positivos particulares (quando cada constituição incorpora declarações de direito), para finalmente encontrarem sua plena realização como direitos positivos universais”. Nesse sentido, podemos reconhecer como característica fundamental dos direitos humanos na contemporaneidade sua universalização e internacionalização.

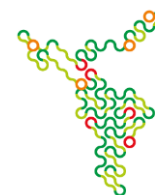
Assim, como afirma Vieira (2011), os direitos humanos passam a ocupar o centro do debate constitucional internacional na segunda metade do século XX. Para o autor, é preciso reconhecer que:

O universo dos direitos humanos não apenas permeia as mais variadas cortes internacionais, como também constituem os seus maiores problemas, isso porque a temática não envolve apenas uma perspectiva jurídica. Pelo contrário, uma das maiores chaves, senão a maior, da questão dos direitos humanos é o fato de que a construção desses direitos demanda uma análise muito além do plano jurídico. E, por isso, os direitos humanos como fruto direto das experiências sociais têm uma história bastante cheia de contradições (VIEIRA, 2011, p. 19).

Ao se considerar a diversidade de elementos que devemos ponderar ao pensar os direitos humanos, está na concepção de universalidade um dos desafios para a sua garantia, uma vez que desconsidera as particularidades dos grupos e indivíduos. Diante disso, Piovesan (2014) fala da necessidade de reconhecer as especificidades de cada sujeito de direito:

Torna-se, contudo, insuficiente tratar o indivíduo de forma genérica geral e abstrata. Faz-se necessária a especificação do sujeito de direito, que passa a ser visto em suas peculiaridades e particularidades. Nesta ótica determinados sujeitos de direitos, ou determinadas violações de direitos, exigem uma resposta específica e diferenciada. Isto é, na esfera internacional, se uma primeira vertente de instrumentos internacionais nasce com a vocação de proporcionar uma proteção integral, genérica e abstrata, refletindo o próprio temor da diferença [...] percebe-se, posteriormente, a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada, em face de sua própria vulnerabilidade. Isto significa que a diferença não mais seria utilizada para a aniquilação de direitos, mas ao invés, para a promoção de direitos (PIOVESAN, 2014, p. 338-339).

Entende-se, então, que a universalização se trata de um conceito fundamental para a compreensão da organização dos direitos humanos na atualidade. Porém, mesmo sendo um princípio tão caro a essa concepção pós Segunda Guerra de garantia de direitos, a universalidade tira do centro as demandas individuais e os aspectos particulares que cercam os sujeitos nas mais diferentes localidades.



Em outras palavras, a noção de direitos humanos e o ideal de sua universalização são resquícios de uma utopia da modernidade, de um projeto não apenas inconcluso, mas já sem chance de realização? Ou estão na ordem do dia e constituem fatores importantes de propulsão de lutas emancipatórias, base para a difusão de demandas sociais, políticas e culturais internas de cada nação e de diretrizes pacifistas para a regularização de conflitos internacionais? Pragmaticamente: é inútil ou cabe lutar pela defesa e universalização dos direitos humanos? (VENTURI, 2010, p. 10).

Vieira (2011) pontua que a força da Declaração dos Direitos do Homem, de sua internacionalização e universalização está relacionada à ideia revolucionária de liberdade e emancipação do indivíduo. Nesse mesmo caminho, Venturi (2010) acredita que mesmo com desafios para sua efetivação, a universalização dos direitos humanos é uma concepção que permanece forte, uma vez que, para o autor, seja impossível retroceder na luta pelos direitos. “exceto se destituídos de direitos civis e políticos – não ocorre aos sujeitos de direitos, uma vez tendo tomado consciência dos mesmos, abrir mão de sua titularidade” (VENTURI, 2010, p. 14).

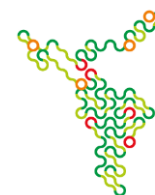
Jornalismo e compromisso social

No âmbito da importância do papel social do jornalismo na atualidade, Thompson (2014) indica que para a compreensão do que aconteceu nas sociedades modernas da Europa e suas instituições essenciais – estado, economia e família -, é necessário lançar um olhar para o papel que os meios de comunicação passaram a exercer nesse período.

O desenvolvimento dos meios de comunicação se entrelaçou de maneira complexa com um número de outros processos de desenvolvimento que, considerados em sua totalidade, se constituíram naquilo que hoje chamamos de “modernidade”. Por isso, se quisermos entender a natureza da modernidade – isto é, as características institucionais das sociedades modernas e as condições de vida criadas por elas – devemos dar um lugar central ao desenvolvimento dos meios de comunicação e seu impacto (THOMPSON, 2014, p. 25).

O autor ressalta em sua teoria social da mídia que os meios de comunicação possuem relação direta com os modos de interação entre os indivíduos, promovendo uma nova forma de visibilidade mais ampla:

Antes do desenvolvimento da imprensa na Europa do final da Idade Média e do começo da Idade Moderna (e até bem recentemente em algumas partes do mundo), o intercâmbio de informação e de conteúdo simbólico era, para a maioria das pessoas, um processo que ocorria exclusivamente no contexto da interação face a face. Mas com o surgimento da indústria tipográfica na Europa dos séculos XV e XVI e com o desenvolvimento de vários tipos de mídia eletrônica nos séculos XIX e XX e o “conjunto de interação” da vida social mudou. Essa é a chave para compreender o impacto social a longo prazo da mídia (THOMPSON, 2014, p. 11).



Podemos entender, assim, que o desenvolvimento da imprensa promoveu uma mudança na troca de informações entre os indivíduos e alterou não somente a forma de interação como também ampliou o alcance dessa troca, proporcionou novos modos de vivência e deu novo significado para a vida cotidiana. Segundo Silva (2015, p. 13),

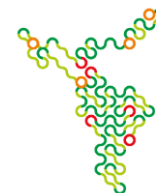
em um modo de sociabilidade pautado por um padrão de racionalidade eminentemente operacional – ou seja, em um padrão de sociabilidade que lida com suas arestas de forma a resolvê-las racionalmente –, as fissuras nas expectativas cotidianas são estancadas e corrigidas rotineiramente (num respaldo à regularidade do dia-a-dia) a partir de elementos simbólicos respaldados na cultura. Daí a pertinência do jornalismo nas engrenagens da experiência moderna: trata-se de uma prática sociocultural que, apesar de transcodificar os padrões culturais hegemônicos da racionalidade instrumental, se dissemina na práxis do senso comum contribuindo para a atribuição de significado à vida cotidiana.

Aliada a expansão da imprensa, a noção de compromisso social como um papel central na atividade jornalística também ganha força. Os meios de comunicação passam a ser considerados importantes atores no desenvolvimento de uma sociedade, podendo oferecer às pessoas informações para que possam compor suas opiniões sobre diferentes temáticas presentes na vida cotidiana. Nesse processo, o jornalismo passa a ter o papel de responder às contingências que cercam a vivência na modernidade.

A expansão da imprensa também foi impulsionada pela liberdade, por meio da conquista de direitos fundamentais e da democracia como nova forma de governo. Os jornais passaram a ser reconhecidos como um meio de denunciar as mazelas e injustiças sociais. Desse modo, o jornalismo passou a figurar como um aliado da democracia e a ser considerado como o

Quarto	Poder	(SODRÉ,	1999).
--------	-------	---------	--------

Se, como dissemos anteriormente, consideramos que os direitos humanos são os principais valores da convivência humana numa sociedade, também entendemos que a sua promoção e efetivação podem ter os meios de comunicação, sobretudo a imprensa, como importante aliados. Genro Filho (2012) caracteriza o jornalismo como uma forma social de conhecimento que se cristaliza no singular. Marcada a partir de como o repórter enxerga a pauta, a singularidade estará, principalmente, no modo em que o jornalista vivencia o processo de reportagem, o que encontra de peculiar, diferenciado, menos generalizante nos acontecimentos e em como aborda a complexidade que envolve os fenômenos. Assim, o jornalismo pode ser vislumbrado como uma forma de conhecer o mundo a partir do singular e a expressão de seu trabalho é compartilhar sua construção e entendimento da realidade, oferecendo ao público os elementos necessários para que ele possa se apropriar do universo que envolve o fato singular.



O entendimento de que o jornalista constrói uma realidade deve estar acompanhado do reconhecimento de que toda realidade objetiva sempre envolve sujeitos humanos, ou seja, esse conhecimento sobre a realidade será sempre comprometido política, cultural e ideologicamente (MEDITISCH, 2010). As notícias são resultado de um processo negociado, no qual os jornalistas não são simplesmente observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção jornalística da realidade. Para Muniz Sodré (2009, p. 26), “jornalismo não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica. Da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos”. Assim, como indica Silva (2013), a atividade incorpora elementos da ideologia presente na sociedade em que se encontra e a partir daí dissemina os padrões sociais presentes na vida cotidiana. Por essa razão, o jornalismo não é (e nem poderia ser) a realidade que vivemos todos os dias, mas a representação dessa realidade, com fragmentos recortados e remontados do cotidiano. Nesse sentido, Charaudeau (2015) complementa:

Se são espelhos, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversão e que, mesmo deformado, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo (CHARAUDEAU, 2015, p. 20).

Ao reconhecermos que as mídias e seus profissionais constroem uma realidade a partir de suas experiências e valores, admitimos, então, que os aspectos culturais e os padrões ideológicos presentes na sociedade se impõem ao longo da rotina produtiva. O que revela o quanto os jornalistas estão imersos e suscetíveis a reproduzirem elementos do contexto social em que vivem, mesmo que acreditem, apoiados na técnica de produção de notícia, por exemplo, numa possibilidade de anulação de suas crenças. Fiorin (2016, p. 83) indica que “a seleção das palavras para identificar seres e denominar acontecimentos já revela um ponto de vista acerca dos ‘fatos’”. Não temos acesso direto à realidade, ele sempre vem mediado pela linguagem, que não é neutra”. Sodré (2009) ainda afirma que um jornalismo que não consiga ultrapassar, ainda que minimamente, a aparência estabilizada das coisas, não possui outro papel além da tão criticada ratificação declaratória da realidade. “Jornalista seria, acima de tudo, o intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos” (SODRÉ, 2009, p. 62-63).

Ao pensarmos na atuação dos jornalistas, é preciso lembrar que a formação profissional tem como alicerce a agenda de promoção e defesa dos direitos humanos. Além disso, as responsabilidades no exercício da profissão estão expostas no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, vigente desde



2007, que estabelece em seu artigo 6º ser dever do jornalista [...] defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias (FENAJ, 2007). Para Christofolletti e Motta (2008, p. 12), “a sociedade não apenas se deixa envolver pelos meios, como os reflete, adere ou descarta sua influência. Mais complexa e amadurecida, a sociedade contemporânea reage ao noticiário”. A busca por uma atuação qualificada e responsável é fundamental, uma vez que se vive um momento em que os papéis da imprensa e de seus jornalistas têm sido cada vez mais questionados.

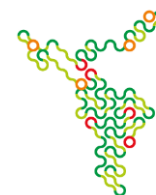
Duas práticas sociais em xeque

Se considerarmos que direitos humanos e jornalismo ganham mais visibilidade e importância social na modernidade, também precisamos reconhecer que as duas práticas entram em erosão na contemporaneidade. Alguns aspectos a serem considerados estão relacionados à crise econômica e humanitária que os Estados enfrentam nos últimos anos, uma vez que há quem defenda que os direitos humanos devam ser sacrificados em tempos de contingência. Nesse contexto, justifica-se diminuir direitos trabalhistas, naturaliza-se a miséria e desigualdades sociais, invisibiliza-se as violências.

Concebemos que aspectos econômicos mundiais exercem influência na deslegitimação da defesa dos direitos humanos, mas precisamos refletir que outros fatores devem ser considerados. Santos (2009) explica que é justamente na ideia de universalização dos direitos humanos que podemos encontrar a violação da dignidade de determinados grupos, acrescentando também elementos morais e sociais na crise de reconhecimento da importância dos deles. O autor justifica que a complexidade dos direitos humanos está justamente na ideia de universalidade, desconsiderando as especificidades de cada localidade.

A minha tese é que, enquanto forem concebidos como direitos humanos universais, os direitos humanos tenderão a operar como localismo globalizado e, portanto, como forma de globalização hegemônica. Para poder operar como forma de cosmopolitismo, como globalização contra-hegemônica, os direitos humanos têm de ser reconceitualizados como multiculturais. Concebidos como direitos universais, como tem sucedido, os direitos tenderão sempre a ser instrumento de “choque de civilizações” [...], ou seja, como arma do Ocidente contra o resto do mundo. É sabido que os direitos humanos não são universais na sua aplicação (SANTOS, 2009, p. 13).

Para Santos (2009), não é possível falar de direitos humanos sem, simultaneamente, criticá-los, uma vez que eles são hegemônicos para apenas uma parte do mundo. O autor acredita que a universalidade dos direitos e o conceito de dignidade humana é uma ideia particularmente ocidental



e que facilmente se difere de concepções de outras culturas. Para ele, a concepção que temos de direitos humanos é herança das revoluções americana e francesa. Com a visibilidade delas, os direitos humanos ganham esse significado de emancipação e dignidade humana.

Em uma de suas pesquisas, Santos (2002) indica que a compreensão ocidental de mundo tem feito com que as experiências sejam desvalorizadas, invisibilizadas e desperdiçadas. O autor denomina a imposição de um pensamento global hegemônico pautado na cultura e nos valores ocidentais como uma razão indolente, que além de desconsiderar a diversidade de experiências, muitas vezes as desqualificam. Dentre as formas de razão indolente, está a metonímica, que valoriza a totalidade e, assim, cria dicotomias. Na razão metonímica o todo não é a soma, mas uma parte colocada como referência para as demais, como se fosse uma totalidade. Com isso, temos a experiência hegemônica ocidental como referência para as demais. Dentro dessa perspectiva de razão que desvaloriza a diversidade, criam-se lógicas de produção de não-existência que podem se organizar de diferentes formas.

Não há uma maneira única ou unívoca de não existir, porque são várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de produção de não-existência é serem todas elas manifestações da mesma cultura racional (SANTOS, 2002, p. 246-247).

Desse modo, aspectos sociais considerados naturais definem quem é superior e inferior. Ao criar categorias e hierarquização, invisibiliza-se os que são classificados como populações inferiores. Santos (2013) problematiza que os direitos humanos ao mesmo tempo em que são afirmados para uns acabam, na prática, sendo negados para os outros. Assim, Arendt (2012) defende que a garantia do respeito à dignidade do sujeito depende de que as pessoas assumam uma postura ativa por direitos, que esses indivíduos estabeleçam esses valores para boa vivência em comunidade, cabendo aos demais setores apenas a sua sustentação.

Dentre esses setores que podem auxiliar na defesa da dignidade do indivíduo, está o jornalismo. No entanto, a promoção, discussão e apropriação da complexidade que envolvem a temática sobre os direitos humanos apresentam-se como um grande desafio para os jornalistas, sobretudo ao expressarem o tema em seus textos. Atores importantes para a garantia de direitos, os profissionais do jornalismo possuem função singular e estratégica na luta pela cidadania plena, mas isso quando apresentam uma abordagem qualificada e problematizadora, sem negligenciar as



complexidades e especificidades que envolvem o tema. Atualmente o “jornalismo não responde às urgentes demandas de informação para o desenvolvimento humano, nem representa, de forma equilibrada, a pluralidade de interesses da sociedade brasileira” (MOTTA, 2008, p. 35).

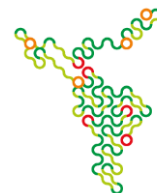
No exercício de sua atividade, jornalistas atuam no esforço de tornarem inteligíveis acontecimentos, buscando interpretar para o público o que acontece no cotidiano. Para tanto, acabam, muitas vezes, ancorando-se na simplificação do acontecimento, tentando narrar o fato de modo a facilitar a compreensão, porém, ao fazerem isso, esquecem de dar conta da complexidade que envolve os fenômenos. Para Morin (2000), a complexidade deve ser entendida como uma motivação para pensar, pois ela permite esclarecer os fenômenos de modo não simplificante, reducionista. “Complexidade é a que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos os aspectos que envolvem algo, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos ou unifica-os por uma redução mutilante” (MORIN, 2000, p. 176). Deste modo, o jornalismo é o discurso que organiza a complexidade dos conhecimentos e traduz para o senso comum, podendo ser, assim, uma forma de conhecimento.

Considerados importantes na defesa e promoção dos direitos humanos, jornalistas também enfrentam uma crise de credibilidade com seu público. Christofolletti (2019) explica que passamos por um momento de crise na confiança e crença nas instituições, isso abarca questões econômicas, mas também ideológicas.

É claro que as explicações para o declínio do modelo de negócio tradicional da mídia são bem mais complexas, mas fica evidente também que a crise do jornalismo não é apenas financeira. Tem a ver com o próprio papel do jornalismo na sociedade, e com aspectos como credibilidade e confiança (CHRISTOFOLETTI, 2019, p. 52).

Deste modo, reconhecemos que a imprensa desempenha papel relevante nas sociedades da atualidade, principalmente no que se refere ao desenvolvimento das nações e à proteção dos direitos humanos, não apenas denunciando violações a tais direitos, como fortalecendo o debate público em torno das formas de defendê-los, garanti-los e promovê-los. Porém, como ocorre em qualquer campo do conhecimento humano, sistema de poder ou esfera de ação, esse complexo sistema comunicacional convive com produções que não condizem com o desempenho geral e esperado do campo.

De acordo com Jovchelovitch (2000, p. 90) mesmo que os efeitos da mídia em nossas sociedades sejam relativizados neste momento, “sua tendência para produzir significados e valores hegemônicos não deve ser subestimada”.



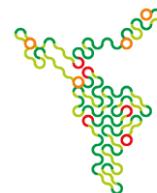
A mídia é ela mesma um ator chave no exercício do poder, particularmente naquelas sociedades onde a mídia, a indústria e o governo estão nas mãos da mesma família e onde a ausência de uma esfera pública forte impede o escrutínio dos interesses privados que dirigem a indústria das comunicações (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 90).

Ou seja, ainda que em crise, não devemos ignorar a importância que a imprensa pode exercer na vida cotidiana. Deuze e Witschge (2016) nos alerta para o fato de que o jornalismo é um objeto em movimento, “vemos que o jornalismo é tanto parte quanto constituinte do contexto social: a aceleração e a desaceleração da produção jornalística são sintomas de uma resposta a uma profissão em tempos líquido-modernos” (Deuze e Witschge, 2016, p. 12). Os autores ainda indicam que talvez a pergunta central para compreender o jornalismo e suas mudanças na atualidade esteja em deixar de questionar o que é jornalismo para começar a busca por compreender o que o jornalismo está se tornando.

Algumas considerações

Acreditamos que o jornalismo exerce papel fundamental na garantia dos direitos humanos, seja por meio de denúncias de violações de direitos, na fiscalização das ações do Estado na oferta e gestão de políticas públicas que garantem a cidadania plena dos indivíduos ou na divulgação dos direitos garantidos na legislação. Não podemos desconsiderar que o jornalismo, como forma de conhecimento, tanto produz quanto faz circular os discursos sobre direitos humanos. A interface entre jornalismo e direitos humanos coloca a atividade na cobrança por uma sociedade que respeite a constituição, os direitos de todos e todas e a diversidade plural, e, também, por um Estado que cumpra com as obrigações, sem discriminação de classe, raça, gênero, geração, etnia ou credo, por exemplo. Além de ser um instrumento para denunciar a falta de políticas públicas ou a má aplicação das mesmas em respeito aos direitos humanos.

Embora o declínio do reconhecimento da importância social de uma prática não tenha sido provocado pela outra, precisamos refletir em como elas são interdependentes para garantirem seu valor social. Se o jornalismo tem em seu DNA o compromisso com a promoção e defesa da dignidade do indivíduo, como pensar na continuidade da atividade sem considerar tal aspecto? Ao mesmo tempo em que o jornalismo pode ser determinante na defesa dos direitos humanos em sociedades democráticas, denunciando e fiscalizando.



Os direitos humanos consistem em um valor fundamental para a vida em sociedade, considerando que seu conceito está fundamentado na inviolabilidade do indivíduo. E mesmo que questionem a importância deles na atualidade, a luta pela proteção da dignidade continuará ocupando o centro das discussões pelo bem-estar social. E, embora seja uma atividade em crise, podemos entender que sempre que houver uma necessidade humana de consumir informação, o jornalismo conseguirá manter a sua necessidade social. A emancipação do sujeito, seja pela luta por direitos, ou por meio de um trabalho jornalístico que ofereça os elementos necessários para o público se apropriar do conhecimento necessário para a mudança social.

É de conhecimento que as rotinas de trabalho, a exigência de produções factuais e ágeis, cada vez mais constantes e atendendo a uma dinâmica mercadológica, afetam diretamente uma cobertura jornalística aprofundada e complexa como exige temáticas relacionadas aos direitos humanos. Admitimos que os fatores são muitos e difíceis de elencar com exatidão, podendo ir desde procedimentos editoriais, cerceamentos políticos e econômicos, condições temporais e espaciais. E, nesse terreno que é afetado por tantos elementos e disputas simbólicas, é importante observar como os jornalistas trabalham para assegurar que o compromisso com a defesa dos direitos humanos, previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e também no Código de Ética do Jornalista seja cumprido.

O presente artigo constrói uma discussão elementar e ainda preliminar, realizada a partir de outros autores, que deve ser ampliada, atualizada e aprofundada em pesquisas futuras. Porém, fica perceptível a necessidade de exaustiva reflexão sobre a relação estabelecida entre jornalismo e os direitos humanos, bem como buscar compreender como as duas práticas sociais têm sido vistas e incorporadas na sociedade.

Referências

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília – DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 dez. 2019.



COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

CHISTOFOLETTI, Rogério. **A crise no jornalismo tem solução?** Barueri: Letras e Cores, 2019.

CHISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs). **Observatórios de mídia: Olhares da Cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

DECLARAÇÃO DE VIENA. Adotada e proclamada pela Conferência Mundial sobre os Direitos do homem em 25 de Junho de 1993. Disponível em:
<<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>> Acesso em: 20 dez. 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/dpdp/gpdh/ddh_bib_inter_universal.htm> Acesso em: 20 dez. 2019.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. **O que o jornalismo está se tornando?** Parágrafo, v. 4, n. 2, jul/ dez, 2016. p. 7-21.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Aprovado em Vitória, em 4 de agosto de 2007. Disponível em:
<http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso: 20 nov. 2019.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

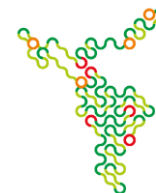
GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. v.6. Florianópolis: Insular, 2012.

GOMES, Mayara Rodrigues. **Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar**. São Paulo, SP: Edusp, 2003.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do conhecimento. In BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

MORIN, Edgar. **Ciência como consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand no Brasil, 2000.



MOTTA, Luiz Gonzaga. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: **Observatórios de mídia: Olhares da Cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008. Cap. 1, p 19-37.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional internacional**. 8ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos: o desafio da interculturalidade**. 2009. Disponível em:

<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Direitos%20Humanos_Revista%20Direitos%20Humanos2009.pdf> Acesso em: 16 de dez. de 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, out., 2002: 237-280. Disponível em <http://rccs.revues.org/1285>. Acesso em: 12 jan. 2020.

SILVA, Marcos Paulo da. **A construção cultural da narrativa noticiosa: noticiabilidade, representação simbólica e regularidade cotidiana**. 243 F. Tese de Doutorado em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

SILVA, Marcos Paulo da. **Jornalismo, cotidiano e experiência estética: uma discussão sobre a interface dos campos calcada na regularidade cotidiana**. In: Anais do XXIV Encontro Anual das Associações dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós). Brasília (DF), 2015.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2014.

VENTURI, Gustavo. **Direitos Humanos – percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Org. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

VIEIRA, Hector Luís C. **Os entraves de aplicação das normas universais de Direitos Humanos frente às particularidades culturais**. 233 p. Dissertação (mestrado em Direito) - Faculdade de Direitos da Universidade de Brasília, Brasília, 2011.



DO “INIMIGO” AO BODE EXPIATÓRIO: CONEXÕES ENTRE DISCURSO MIDIÁTICO E O RITUAL DE JUSTIÇAMENTO POPULAR

Thays Carvalho Cesar¹

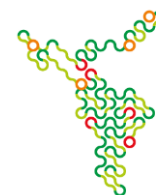
Resumo: O presente trabalho visa apresentar uma proposta de análise das conexões entre o discurso midiático sobre o crime e a prática do justicamento popular. Para tanto, apresenta-se uma leitura pautada no exame de três episódios de justicamento, ocorridos no Brasil, que tiveram ampla cobertura midiática. Metodologicamente, são mobilizadas reflexões da antropologia, da biopolítica, da criminologia crítica, dos estudos de comunicação e da psicologia. O tema deste trabalho foi escolhido após muita leitura e muitas indagações, uma vez que, velados ou com grande projeção midiática, os justicamentos são capazes de remeter a sociedade aos comportamentos tribais. A descrença no sistema punitivo e a ânsia pela imediata vingança, fazem com que pessoas se tornem verdadeiros carrascos em busca da punição dos que são vistos como inimigos. Nessa perspectiva, serão investigados os padrões de representação dos bodes expiatórios e os critérios adotados pela sociedade na escolha das vítimas sacrificiais. Alimentado pelos meios de comunicação, que dramatizam acontecimentos da vida cotidiana e reproduzem incessantemente notícias sobre a criminalidade urbana violenta, o sentimento de insegurança cresce no imaginário popular como consequência de um discurso midiático que potencializa ansiedades e incertezas com base em interpretações que de nada servem além de gerar medo. Como resposta a ele, grupos de pessoas se unem em busca de fazer justiça com as próprias mãos.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar os rituais de justicamento popular que são cada vez mais frequentes na sociedade brasileira contemporânea. A opção pelo termo “justicamento” teve por base a semântica atribuída à palavra durante o Regime Militar de 1964, que consistia na prática de julgamento e morte de pessoas consideradas traidoras dos movimentos revolucionários. Todavia, como será visto adiante, atualmente o termo se reveste de conotações diversas.

Busca-se analisar duas práticas de justicamento popular sob o viés criminológico. Nessa perspectiva, serão investigados os padrões de representação dos bodes expiatórios e os critérios adotados pela sociedade na escolha das vítimas sacrificiais.

¹ Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal do Paraná (ICPC). Professora da área de Linguagens e Sociedade do Centro Universitário Internacional – Uninter. Email: thays.carvalhoc@yahoo.com.br



As condições de escolha das vítimas são muitas vezes respaldadas na criminologia midiática que, segundo Eugenio Raúl Zaffaroni, sempre existiu e apela para uma criação da realidade baseada em “informação, subinformação e desinformação” em convergência com preconceitos e crenças baseadas em uma etiologia criminal simplista.² A partir dela é criada uma realidade em que há uma sociedade repleta de pessoas boas assolada por criminosos identificados por estereótipos que configuram um grupo separado do resto da sociedade. A esse grupo é destinado o status de inimigo.

O medo fomentado pela mídia, a descrença no sistema punitivo oficial e a ânsia pela vingança imediata fazem com que pessoas se tornem verdadeiros carrascos em busca da punição dos que são vistos ou apresentados como inimigos.

Para a presente análise será utilizado o conceito de ritual como o processo continuado de atividades organizadas, cuja prática está relacionada a ritos, que envolvem cultos, doutrinas e seitas, encontrados não só na vida religiosa, mas em todas as esferas culturais. No sentido figurado, ritual é uma rotina, aquilo que habitualmente se pratica. É uma regra, um estilo usado no trato entre as pessoas.

Tendo em vista que os rituais de justicamento são frequentemente incitados pelo sujeito quando inserido em um grupo, é importante o estudo da psicologia de massa, sob o ponto de vista de Gustave Le Bon, para quem a massa é um ser provisório composto de elementos heterogêneos que por um instante se soldaram e, a partir disso, formam um ser novo com características diferentes daquelas possuídas por cada uma das células.³

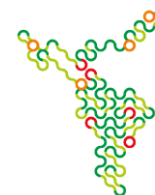
Adotando como premissa o fato de que a escolha da figura do bode expiatório no ritual de justicamento reflete a seletividade do sistema penal e as relações de poder exercidas por um sujeito em detrimento de outrem, é de suma importância o respaldo teórico de Michel Foucault, Achille Mbembe, René Girard e Sigmund Freud, uma vez que se busca discorrer sobre a desumanização do corpo.

O historiador francês Jean Delumeau, ao estudar a História do Medo no Ocidente, destacou que “o medo coletivo pode conduzir a comportamentos aberrantes e suicidas, nos quais a apreensão correta da realidade desaparece”⁴. Neste trabalho serão analisados três casos de justicamento popular

² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013. 2. reimpr., janeiro de 2018, p. 194.

³ LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016, p. 6.

⁴ DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras. 2009, p. 25.



praticados por empreendedores morais⁵, que buscaram meios que estão à margem da lei para viabilizar a punição de pessoas que acreditavam ser inimigas da sociedade.

1 A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE INIMIGO NA DOCTRINA E NA SOCIEDADE

Sabe-se que, há muito, o Estado fracassa ao tentar dar respostas às mais diversas demandas da sociedade. A precariedade dos serviços públicos básicos como educação, saúde e segurança é notória, sobretudo nos países ditos em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Desde que a Constituição da República (1988) foi promulgada e o Estado chamou para si a responsabilidade de garantir os direitos fundamentais a todos os cidadãos, pouca evolução se viu na prestação dos serviços que seriam meios para atingir os objetivos perseguidos pelo constituinte. A constatação de que o Estado, enquanto detentor do monopólio da violência, é incapaz de lidar com os problemas, cada vez mais frequentes, no campo da segurança fomenta na população o sentimento de que é preciso fazer justiça com as próprias mãos.

É notório que a figura do inimigo está presente na sociedade desde os primórdios da história. Na Idade Média eram realizadas caçadas às mulheres, cientistas e filósofos que apregoassem contra os preceitos da Igreja. Com o fim desse período e o advento da Era das revoluções, o *locus* do inimigo passou a ser ocupado por aqueles que fomentavam ideais revolucionários. Em 1880, Cesare Lombroso desenvolveu uma teoria, segundo a qual o criminoso sofria de uma regressão hereditária aos estágios mais primitivos da evolução. Uma vez considerado um doente, não poderia responder por seus atos, pois estes seriam realizados por ímpetus naturais. Na visão lombrosiana, apesar de hereditário, o crime era inaceitável socialmente; por isso Lombroso se mostrou favorável à pena de morte.⁶

Ainda hoje é possível afirmar que se associam os traços físicos e a condição social do indivíduo a uma tendência à prática de delitos. Tal fato corrobora a equivocada relação entre marginalidade e criminalidade, de modo a contribuir para a manutenção da seletividade penal e reforçar a ideia da presença do inimigo, sujeito indigno de vida e de direitos sociais.

⁵ Nomenclatura adotada por Howard Becker, para designar pessoas que exibem a iniciativa tanto de formular regras quanto de impô-las. Veja-se: BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

⁶ FERNANDES, Bianca da Silva. Cesare Lombroso e a teoria do criminoso nato. **Canal Ciências Criminais**, 2018.



O Direito Penal do Inimigo, teoria cunhada pelo jurista alemão Günther Jakobs, em sua obra *Direito Penal do Inimigo: Noções e Críticas*, visa traçar uma distinção entre delinquentes e criminosos, sendo os primeiros aqueles cuja delinquência não atenta contra as normas do Estado. A essa categoria seria resguardado o status de cidadão, a quem estaria destinado um processo penal justo. Os criminosos receberiam tratamento diferenciado no que tange ao processo penal, uma vez que seus crimes são vistos pela doutrina como afrontas às normas do Estado e seus autores, porque, incapazes de se submeter às regras estabelecidas para todos os cidadãos, não poderiam desfrutar das mesmas garantias processuais, por se tratarem de “não cidadãos”.⁷ Dessa forma, passou a existir um Direito Penal para o cidadão e outro Direito Penal para o inimigo (não cidadão), restando à última categoria a derrogação de seus direitos fundamentais e um tratamento hostil por parte do Estado.

Segundo o teórico, o inimigo é qualquer pessoa que não respeita as leis e a ordem de um Estado e, por não as respeitar, deve perder todos os direitos assegurados a qualquer cidadão e como ser humano, devendo o Estado permitir que essa pessoa seja perseguida por todos os meios disponíveis. Ainda segundo Jakobs, o inimigo não pode ser tratado como pessoa pelo Estado. Segundo essa teoria, o tratamento desumano destinado aos não cidadãos seria justificável.⁸

Sobre a teoria de Jakobs, o criminólogo argentino Eugenio Raúl Zaffaroni pontua: “Não é a quantidade de direitos de que alguém é privado que lhe anula a condição de pessoa, mas sim a própria razão em que essa privação de direitos se baseia, isto é, quando alguém é privado de algum direito apenas porque é considerado puro e simplesmente como um ente perigoso”⁹.

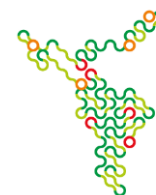
O que determina a classificação como “ente perigoso” é estar na condição de “outro”, estrangeiro, estranho e, por sua vez, fora da comunidade. Sobre esse “outro” recai a pecha de inimigo, geralmente quando este é negro, pobre e habita as periferias dos grandes centros. O mesmo estereótipo que leva centenas de pessoas às prisões de todo o país reflete a figura do inimigo da sociedade, daquele que não é digno de direitos e deve pagar com a vida caso incorra num comportamento que desvia das regras sociais preestabelecidas.

As regras sociais são criações de grupos específicos e, para o sociólogo americano Howard Becker, pessoas que exibem a iniciativa tanto de formular essas regras quanto de impô-las são

⁷ JAKOBS, Günther. **Direito Penal no inimigo: noções e críticas**. 6. ed. André Luís Callegari, Nereu José Giacomoli org. e trad. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 47.

⁸ JAKOBS, Günther. **Direito Penal no inimigo: noções e críticas**. 6. ed. André Luís Callegari, Nereu José Giacomoli org. e trad. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018, p. 22.

⁹ ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no Direito Penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007 p. 18.



chamadas de empreendedores morais.¹⁰ Segundo o autor, esses empreendedores podem ser vistos como verdadeiros cruzados, uma vez que acreditam que sua missão é sagrada. Na medida em que as regras de determinados grupos se contradizem, surge uma cruzada moral por meio da qual os empreendedores morais buscam validar suas posições. A consequência óbvia de uma cruzada bem-sucedida é a criação de um novo conjunto de regras que serão defendidas a qualquer custo pelos impositores. Segundo a teoria de Howard Becker, aquele que desvia das regras formuladas por um determinado grupo é considerado um *outsider*¹¹, um desviante.

2 A MASSA

A comunidade, crente do não pertencimento do “outro” já estereotipado como inimigo, age sob o manto da coletividade em busca de “fazer justiça com as próprias mãos”, expressão popular que denota a forma de justicamento que ocorre à margem do ordenamento jurídico. José de Souza Martins, em seu estudo sobre os linchamentos, que são uma forma de justicamento popular, discorre sobre as multidões e afirma que esse fenômeno está associado a momentos de transição social:

No Brasil, a emergência das multidões enfurecidas vem se dando de maneira particularmente mais intensa desde o fim do regime autoritário, como uma espécie de explosão libertária de tensões reprimidas durante a longa duração da ditadura. Não quer isso dizer nostalgia pela ordem que o regime de exceção, na verdade, alardeou e não teve. Mas exprime a não menos autoritária concepção de liberdade que se difundiu na sequência da ditadura.¹²

Dessa forma, os momentos de crise podem provocar um enfraquecimento das instituições e podem favorecer a formação de multidões suscetíveis a substituir instituições enfraquecidas ou de exercer uma pressão decisiva sobre elas.

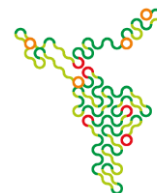
Suscitado pela mídia, o pânico gera a sensação de impotência diante do perigo e a falsa crença de que sua superação depende da erradicação do “bandido”, seja por sua prisão ou por sua morte.

A linguagem midiática contribui para alimentar uma sensação genérica de insegurança. Sempre emotiva e associada a imagens que provocam sentimento de repulsa pelo criminoso ou mero suspeito, descrevem o crime como uma ameaça que está nas ruas, e que pode bater à porta da casa de qualquer um, a qualquer instante. Algumas expressões de qualificação – bandidos, assassinos, corruptos – acentuam os estereótipos da dicotomia bem x mal, e

¹⁰ Cf.: BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 153.

¹¹ “A edição anterior do capítulo *Outsiders*, de Howard Becker optou por traduzir *outsiders* por ‘marginais desviantes’, assinalando que ‘marginais’ significava, nesse contexto, alguém que está do lado de fora, para além das margens de determinada fronteira ou limite social. Na presente edição, optou-se por manter o termo *outsider* porque seu uso já se tornou consagrado nas ciências sociais”. Esse trecho pode ser encontrado como nota técnica contida na página 15 do livro *Outsiders*, de Howard Becker e foi utilizado com o intuito de apresentar mais uma definição possível para o termo.

¹² MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015, p. 126.



acarretam no público uma natural identificação com a vítima, multiplicando ainda uma falsa percepção de vulnerabilidade e uma estigmatizante identificação dos perigosos.¹³

Evidências do supracitado podem ser encontradas em noticiários e em redes sociais. Como exemplo, é possível citar o fato ocorrido no dia 3 de maio de 2014, no bairro Morrinhos IV - Guarujá, litoral de São Paulo. Nesse dia, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, foi espancada após ser confundida com uma sequestradora de crianças que usava seus corações em rituais de magia negra. Vale destacar que, quanto mais patológico é o delito, maior sua utilidade para a criminologia midiática e para a construção da figura do inimigo.¹⁴

O retrato falado da suposta sequestradora foi postado no Facebook e, em pouco tempo começaram a surgir comentários sobre sua suposta localização. A sensação de que o perigo estava próximo causou grande comoção e pânico na população do pequeno bairro. Aulas foram suspensas e as pessoas evitavam sair de suas casas. Dias após a publicação, o administrador da página em que foi postado o retrato desmentiu a informação. Contudo, o pânico já estava instaurado no seio daquela comunidade. Não havia nada que pudesse refrear a sanha punitivista e a sede por justiça daqueles que se sentiam ameaçados.

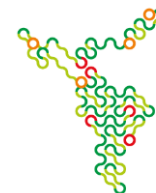
Fabiane havia pintado os cabelos no dia anterior e, em algum momento daquele dia 3 de maio uma voz feminina “gritou a senha para o massacre”.¹⁵ A turba se formou ao redor da mulher e, em pouco tempo, Fabiane jazia inerte e quase sem vida após ser espancada, pisoteada, arrastada, ultrajada e espoliada de sua dignidade. Ela morreu dois dias depois, na UTI do hospital local, em decorrência dos múltiplos ferimentos causados por uma massa impiedosa e irracional.

Segundo o psicanalista Sigmund Freud, a massa é extraordinariamente influenciável e crédula, é acrítica, para quem o improvável não existe. Os sentimentos de massa são sempre muito simples e muito exaltados. Ela não conhece dúvida nem incerteza. Inclinação a todos os extremos, também é excitada por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa.

¹³ op. cit., p. 104.

¹⁴ PETRY, André. Mataram a mulher?: A gênese do linchamento que chocou o Brasil. **Veja**, 2016.

¹⁵ PETRY, André. Mataram a mulher?: A gênese do linchamento que chocou o Brasil. **Veja**, 2016.



Como a massa não tem dúvidas quanto ao que é verdadeiro ou falso e tem consciência da sua enorme força, ela é, ao mesmo tempo, intolerante e crente na autoridade.¹⁶

A criminologia midiática tem no seu discurso sua maior arma, pois é por meio dele que as informações são desconstruídas e transmitidas de forma que causem impacto ao espectador. As imagens são repetidas quantas vezes necessário, acompanhadas de frases de efeito, cuja entonação remete à indignação com a falta de segurança. Jornalistas cobrem operações policiais utilizando coletes à prova de balas, como se houvesse a necessidade de proteger a própria vida.

Segundo Gomes, o discurso midiático sobre o crime, invariavelmente teatral e dramatizado, promove o espetáculo das incertezas, como se os tempos hoje vividos não encontrassem paralelo histórico em termos de volume da criminalidade.¹⁷ As informações falsamente manipuladas contribuem para instigar a cólera pública e a crença na ineficiência do sistema punitivo leva a população e as agências de segurança¹⁸ à busca por bodes expiatórios, vítimas sacrificiais que, após serem imoladas, transmitem a falsa sensação de conforto diante do medo e da insegurança.

Fabiane foi alvo da sanha punitivista daquela população não só durante as agressões, mas também com a chegada do socorro. As pessoas que ali estavam receberam os policiais e bombeiros com paus e pedras, dificultando o acesso da equipe ao local onde estava a mulher, fazendo com que se estendesse ainda mais o sofrimento daquela que já sofria com as dores físicas e psicológicas de uma acusação infundada. A chegada da polícia atrapalhou o intento da turba de ostentar o cadáver da “Bruxa do Guarujá”.

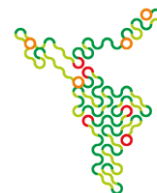
De acordo com Anne Llewellyn Barstow, em um estudo sobre o sacrifício das feiticeiras na Idade Média, no contexto da multidão, ser a fêmea tinha um valor pervertido naquela sociedade. A autora destaca que elas simbolizavam o mal, muito mais que os homens. O mal simbolizado nas mulheres tinha que ser expurgado pelas torturas e “a falta de importância das vítimas tinha que ser compensada pela severidade de sua punição”¹⁹.

¹⁶ FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Obras completas, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 25.

¹⁷ GOMES, Marcos Alan de Melo. **Mídia e sistema penal**: as distorções da criminalização nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Revan, 2015, p. 108.

¹⁸ Por agência de segurança entende-se entes gestores da criminalização. “Em um sistema penal podem ser consideradas as seguintes agências: políticas, judiciais, policiais, penitenciárias, de comunicação social de reprodução ideológica e internacionais”. Conf.: ZAFFARONI, E. Raúl et al. **Direito Penal Brasileiro**: primeiro volume. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

¹⁹ BARSTOW, Anne Llewellyn. **Chacina de Feiticeiras**: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995, p. 183.



Ao levarmos em conta as categorias vitimárias propostas por René Girard, a condição feminina colocou Fabiane na categoria de marginalidade, pois todas as mulheres eram marginais em razão de seu sexo. Escolhida a vítima, o cenário para o massacre foi criado a partir de uma falsa denúncia em uma rede social. No dia em que foi atacada, Fabiane levava consigo uma Bíblia, que seus algozes disseram ser um livro de magia negra. A ideia da presença da bruxa estava tão internalizada naquela comunidade, que ela não teve tempo de se defender, pois a única coisa que a massa queria era extirpar o mal para que seus filhos pudessem seguir existindo. Dias após a morte de Fabiane, a polícia confirmou que sequer havia ocorrências de sequestros de crianças na região, mas já era tarde.²⁰

A posição de liderança na massa pode ser exercida por qualquer um de seus membros, pois basta uma palavra para que os instintos primitivos da agressividade humana sejam libertados. Uma vez libertados esses instintos, a massa cria formas de autoproteção ao eleger seus bodes expiatórios. Acredita-se que as vítimas dos rituais de justificação passam a personificar um mal que só poderá ser expurgado pelo sacrifício. Essa vítima sacrificial, ou bode expiatório, nas palavras de Girard pode ser um estrangeiro ou um membro da nossa sociedade que em algum momento tenha sido tomado por estranho ou impuro. Sua morte acontecerá em um ritual de libertação e purificação.²¹

3 A VIOLÊNCIA RITUAL

Uma vez escolhido pela massa, o bode expiatório será supliciado em um ritual de dor, para que seus crimes sejam expurgados do âmbito social. Segundo Michel Foucault, um suplício é uma pena corporal dolorosa, mais ou menos atroz.²² É um fenômeno inexplicável a extensão da imaginação dos homens para a barbárie e a crueldade:

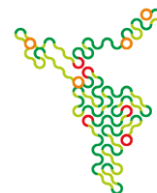
[...] o suplício faz parte de um ritual. É um elemento na liturgia punitiva, e que obedece a duas exigências. Em relação à vítima, ele deve ser marcante: destina-se, ou pela cicatriz que deixa no corpo, ou pela ostentação de que se acompanha, a tornar infame aquele que é sua vítima; o suplício, mesmo se tem como função “purgar” o crime, não reconcilia; traça em torno, ou melhor, sobre o próprio corpo do condenado sinais que não devem se apagar.²³

²⁰ GIRARD, René. **O bode expiatório**. São Paulo: Paulus, 2004.

²¹ GIRARD, René. **La violencia y lo sagrado**. Barcelona: Anagrama, 1995, p. 22.

²² FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 36.

²³ op. cit., p. 37.



O justicamento popular, marcado pelo excesso de violência, constitui um cerimonial em que, muitas vezes, cadáveres são expostos, amarrados aos postes, arrastados pelas ruas ou queimados em praça pública para que sirvam de exemplo aos demais.

No dia 3 de fevereiro de 2014, no bairro do Flamengo, Rio de Janeiro, um jovem de 15 anos foi agredido por um grupo de “justiceiros” e preso nu a um poste com uma corrente de bicicleta. Suspeito de cometer um furto, o jovem negro, morador de uma comunidade carente, frequentava uma ONG e foi morto 2 anos depois em um suposto acerto de contas com o tráfico. Esse caso, que gerou grande repercussão midiática na época, abriu precedente para a ocorrência de outros casos semelhantes.²⁴

Expor à vergonha a pessoa que supostamente cometeu um crime é prática comum dos justicadores e faz parte do ritual aqui citado. Não são raras as vezes em que os justicados são espancados diante do povo, deixados nus, amarrados aos postes ou colocados no centro de um círculo formado no meio da rua pela massa. O suplício deve fazer do culpado o arauto de sua própria condenação. Ele deve, de alguma forma, proclamá-la, exibí-la de forma que a sociedade saiba o que lhe foi imputado. Segundo Achille Mbembe (2018 p. 22), a tensão entre a paixão do público por sangue e as noções de justiça e vingança é crucial.²⁵

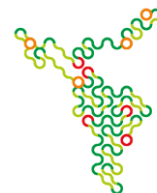
O discurso midiático punitivista teve grande repercussão nesse caso, quando a jornalista Rachel Sheherazade fez uso do espaço do telejornal que apresentava para emitir um julgamento pessoal.²⁶ Ao reproduzir em sua fala, carregada de preconceitos, as máximas que justificam as ações violentas dos grupos de justicadores, a jornalista contribuiu para o reforço dos estereótipos já existentes.

Não contente em estimular a agressão perpetrada pela turba contra quem chamou de “bandidinho”, a jornalista incentivou a população a agir alegando que o Estado é omissor e estimulou a autotutela (vedada pelo ordenamento jurídico pátrio e em todos os regimes democráticos existentes). Também praguejou contra os defensores dos direitos humanos, esquecendo-se de que o Brasil é signatário de inúmeros tratados sobre o tema e proferiu julgamento liminar, condenando o jovem sem

²⁴ Cf.: G1. Adolescente é espancado e preso nu a poste no Flamengo, no Rio. **G1 Rio**, 2014.

²⁵ MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N1 Edições, 2018.

²⁶ ENDO, Paulo Cesar. Vida e morte no pensamento social e político brasileiro e as teses fundamentais de Totem e tabu: o caso dos linchamentos. In: FARIA, Tiago. Rachel Sheherazade, do SBT, defende grupo que amarrou homem nu em poste e provoca polêmica. **Veja São Paulo**, 2014.



garantir sequer o direito de resposta (constitucionalmente consagrado) e sonhando o contraditório e a ampla defesa (igualmente previstos na Constituição).

A conduta da jornalista que, munida do tacape da informação, penetra em milhões de lares brasileiros, reforça o estigma de antemão atribuído aos inimigos, sujeitos escolhidos dentre tantos para serem alvos de execração pública sem nenhum escrúpulo. O discurso midiático adotado por ela, dentre tantos outros, alimenta o ódio pelas minorias ou por aqueles que, como destacado no início deste texto, são considerados *outsiders* e não merecem o mínimo de dignidade e respeito.

Para Glassner a imprensa e os jornalistas são os principais divulgadores da “cultura do medo”. Segundo o autor, toda análise da cultura do medo que ignora a ação da imprensa ficaria evidentemente incompleta. Entre as diversas instituições com mais culpa por criar e sustentar o pânico, a imprensa ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares.²⁷

Com isso, a formação do grupo de justicadores é diretamente influenciada pelo discurso midiático, que alimenta a percepção de que a criminalidade é resultado de uma luta entre o bem e o mal, entre cidadãos e inimigos. Os rótulos são criados e mantidos por uma (i)lógica que estigmatiza os desviantes com base em critérios subjetivos, que tanto podem ser materiais, étnicos, demográficos ou comportamentais.

A morte muitas vezes não é o objetivo do carrasco, mas uma consequência das agressões sofridas. O objetivo maior de todo suplício é o sofrimento, as múltiplas violências. Segundo Foucault, um corpo liquidado, reduzido à poeira e jogado ao vento, destruído parte por parte pelo poder do soberano, constitui o limite não só ideal, mas real do castigo.²⁸

Ao final do ritual, desfaz-se a turba. O que era a consciência coletiva passa novamente a ser individual. O resultado do justicamento pode ser o alívio das tensões para uns e o princípio para outros:

O ciclo está fechado: da tortura à execução, o corpo produziu e reproduziu a verdade do crime. Ou melhor, ele constitui o elemento que através de todo um jogo de rituais e de provas, confessa que o crime aconteceu, que ele mesmo o cometeu, mostra que o leva inscrito em si e sobre si, suporta a operação do castigo e manifesta seus efeitos da maneira mais ostensiva.²⁹

²⁷ GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis, 2003, p. 19.

²⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 52.

²⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 48.



Na busca irrefreada por culpados e bodes expiatórios para todos os males do mundo, muitas pessoas são levadas a cometer as mais atrozes agressões quando inseridas na massa. Sem nem mesmo perceberem, essas pessoas se tornam os inimigos e *outsiders* que visam combater na tentativa de fazer justiça com as próprias mãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação das lendas que tão facilmente circulam entre as multidões não é apenas o resultado de uma total credulidade, mas também das deformações que sofrem os acontecimentos diante da exposição midiática. A partir da “cultura do medo”, instaurada e alimentada pelos meios de comunicação, o acontecimento mais simples adquire contornos de grandes tragédias.

Para manipular a informação, os meios midiáticos trabalham com imagens que mostram os poucos sujeitos estereotipados que cometem crimes, além daqueles que não cometeram crime algum, mas são semelhantes àqueles que cometeram. Dessa forma, não é necessário verbalizar para que a população acredite que aqueles indivíduos com características semelhantes, em algum momento de suas vidas, cometerão algum crime.

Este artigo objetivou analisar os rituais de justificação popular à luz da criminologia para compreender os fenômenos que levam a sociedade a apresentar comportamentos cada vez mais violentos em busca de fazer justiça com as próprias mãos, principalmente no contexto da massa. A descrença na efetividade do sistema penal, aliada à insegurança e ao medo fomentados pelos meios de comunicação, levam a população à falsa crença de que se vive em um estado de guerra, em constante luta do bem contra o mal.

Os inimigos construídos pela criminologia midiática impedem que a sociedade viva normalmente, restando a ela duas opções apenas: viver com medo ou reagir ao mal que “polui” o meio social. Os inimigos maculam a sociedade e por isso devem ser separados, de preferência em lugar onde os olhos não os vejam e a mente esqueça de suas existências, exterminados pela polícia ou pela própria população em defesa de sua honra.

O mal é representado por aqueles cujas ações atentam contra as normas do Estado. São chamados inimigos, segundo a terminologia adotada por Günther Jakobs ou *Outsiders*, segundo a terminologia de Howard Becker. Contudo, historicamente a sociedade associa a condição social do indivíduo a uma tendência à prática de delitos, fato que corrobora a equivocada relação entre



marginalidade e criminalidade. O pobre, em geral negro e morador da periferia dos grandes centros, empresta seu rosto à teoria e a ele é constantemente atribuída a pecha de inimigo. Esse inimigo, diante da multidão enfurecida, é desumanizado e se torna o bode expiatório, a vítima sacrificial, cuja morte ou exposição é a única forma de obter justiça ou vingança. O corpo supliciado do inimigo ostenta a fúria popular pelo crime cometido.

Segundo Sigmund Freud e Gustave Le Bon, o indivíduo, quando inserido na massa, deixa de pensar por si e se deixa dominar por uma consciência coletiva, por meio da qual extravasa seus comportamentos primitivos. A massa procura no indivíduo estereotipado a causa de tudo que a fere.

Fazer justiça com as próprias mãos se tornou um círculo vicioso e, uma vez que essa forma de violência penetrou na comunidade, torna-se impossível a saída desse trajeto, pois existe em todas as comunidades uma quantia acumulada de ódio, desconfiança e desejo de vingança que os membros não cessam de fazer multiplicar. A catarse dos agressores ocorre na medida em que se esvaem as forças do supliciado. Ao destruir o bode expiatório, os membros da massa pensam ter se livrado de todo o mal. Ao final surge a falsa sensação de dever cumprido, de justiça feita, que deriva da exposição ou prisão daquele indesejável criminoso. Até que apareça o próximo...

REFERÊNCIAS

BARSTOW, Anne Llewellyn. **Chacina de Feiticeiras**: uma revisão histórica da caça às bruxas na Europa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

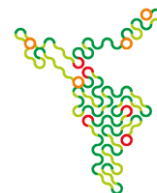
BECKER, Howard Saul. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ENDO, Paulo Cesar. Vida e morte no pensamento social e político brasileiro e as teses fundamentais de Totem e tabu: o caso dos linchamentos. In: FARIA, Tiago. Rachel Sheherazade, do SBT, defende grupo que amarrou homem nu em poste e provoca polêmica. **Veja São Paulo**, 2014. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/rachel-sheherazade-do-sbt-defende-grupo-que-amarrou-homem-nu-em-poste-e-provoca-polemica/>. Acesso em: 5 out. 2020.

FERNANDES, Bianca da Silva. Cesare Lombroso e a teoria do criminoso nato. **Canal Ciência Criminais**, 2018. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/625021486/cesare-lombroso-e-a-teoria-do-criminoso-nato>. Acesso em: 05 out. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: O nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.



FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu e outros textos (1920-1923)**. Obras completas, v. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

G1 GLOBO. Adolescente é espancado e preso nu a poste no Flamengo, no Rio. **G1 Rio**, 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/adolescente-e-espancado-e-preso-nu-poste-no-flamengo-no-rio.html>. Acesso em: 5 out. 2020.

GIRARD, René. **La violencia y lo sagrado**. Barcelona: Anagrama, 1995.

GIRARD, René. **O bode expiatório**. São Paulo: Paulus, 2004.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**: por que tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis, 2003.

GOMES, Marcos Alan de Melo. **Mídia e sistema penal**: as distorções da criminalização nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

JAKOBS, Günther. **Direito Penal no inimigo**: noções e críticas. 6. ed. André Luís Callegari, Nereu José Giacomoli org. e trad. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

LE BON, Gustave. **Psicologia das Multidões**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N1 Edições, 2018.

PETRY, André. Mataram a mulher?: A gênese do linchamento que chocou o Brasil. **Veja**, 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/especiais/linchamento-guaruja-fake-news-boato/>. Acesso em: 20 set. 2020.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ZAFFARONI, E. Raúl *et al.* **Direito Penal Brasileiro**: primeiro volume. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013. 2. reimp., janeiro de 2018.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **La palabra de los muertos**: conferencias de criminologia cautelar. Buenos Aires: Ediar, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. 3. ed. Coleção Pensamento Criminológico, v. 14. Rio de Janeiro: Revan, 2011.



FEMINICÍDIO NA MÍDIA: ABORDAGEM SINGULAR DE UM FENÔMENO UNIVERSAL

Malena Wilbert¹

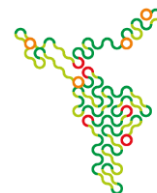
Resumo: O respeito às mulheres é um direito à vida, previsto em documentos normativos universais. Assim, entendemos que o feminicídio é uma questão de direito à dignidade humana. O conceito de feminicídio foi formulado como uma ferramenta auxiliar para decodificar uma realidade que se perpetua há séculos, mas não era devidamente interpretada e reconhecida. Ao mesmo tempo em que podemos ver avanços como a criação de leis e protocolos de orientação para que o conceito seja implementado nas políticas públicas de combate à violência de gênero, muitos são os desafios. Os números crescentes de violência contra a mulher e subnotificações de casos de feminicídio, na maioria das vezes tratados como “crime passionai” ou “de honra”, indicam um grande caminho a ser percorrido nessa luta. Partimos do entendimento que o jornalismo, como um dos atores de influência na construção da realidade social, tem o potencial de legitimar ideias e preconceitos, mas também de ser um importante instrumento para ampliar e elevar o debate público diante de questões sociais emergentes. Por isso, investigamos o posicionamento da mídia catarinense na cobertura desse tipo de crime. Para tanto, analisamos como o portal ND Online abordou o assassinato de mulheres e a violência de gênero em notícias publicadas em 2019. Verificamos que apesar de adotar o termo “feminicídio”, os crimes de ódio contra mulheres são despolitizados, tratados na esfera da individualidade e não como uma situação pública e urgente.

Palavras-chave: jornalismo; feminicídio; direitos humanos

Femicide On The Media: Singular Approach To A Universal Phenomenon

Abstract: Respect for women is a right to life, provided for in universal normative documents. Thus, we understand that femicide is a matter of the human dignity right's. The concept of femicide was formulated as an auxiliary tool in decoding a reality that has been perpetuated for centuries, but was not properly interpreted and recognized. While we can see advances such as the creation of laws and guidelines for the concept to be implemented in public policies to combat gender violence, there are many challenges. The growing numbers of violence against women and underreporting of cases of femicide, most often treated as a “crime of passion” or “of honor”, indicates a great path to be taken in this fight. We start from the understanding that journalism, as one of the influential actors in the construction of social reality, has the potential to legitimize ideas and prejudices, but also to be an important instrument to broaden and elevate the public debate on emerging social issues. Therefore, we investigated the position of the Santa Catarina media's in covering this type of crime. We analyzed how the ND Online portal addressed the murder of women and gender violence in news published in 2019. We found that despite adopting the term “femicide”, hate crimes against women are depoliticized, treated in the sphere of individuality and not as a public and urgent situation.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, Posjor/UFSC. E-mail: malenawilbert@gmail.com.



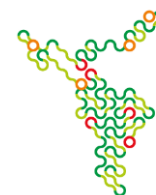
Introdução

A notícia, em suas diversas formas, está diariamente presente na rotina das pessoas: suscitando debates, como forma de entretenimento, ou oferecendo uma nova visão do mundo. Neste trabalho, adota-se a perspectiva construtivista, pela qual as notícias fazem parte de uma construção social da realidade. Nas palavras de Alsina, “a notícia é uma representação social da realidade quotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 14). Para Park (2008), se estabelece como “algo que faz as pessoas falarem” e tem a função de “orientar o homem e a sociedade no mundo real” (PARK, 2008, p. 51).

No caso da violência de gênero, vários fatores colaboraram para a construção dessa realidade: as religiões, e até mesmo alguns discursos com pretensão científica justificam a submissão da mulher ao homem como se o gênero feminino fosse naturalmente inferior (SAFFIOTTI; ALMEIDA, 1995). Os estereótipos que foram criados e socialmente alimentados ao longo dos séculos aprisionaram mulheres em papéis que lhes são atribuídos pelos homens e, quando não correspondem a esses papéis, a violência costuma ser a resposta “disciplinadora”, socialmente aceita, para a insubmissão (SAFFIOTTI, ALMEIDA, 1995). Assumindo que a mídia, em especial o jornalismo, tem importância nesse processo não só como um de seus constitutivos, mas também como legitimador de normas, ideias e práticas (HANITZSCH, 2018, p. 151), entender como as notícias abordam o fenômeno da violência contra a mulher faz parte de um processo necessário para combatê-lo.

Atualmente, diversos são os estudos que investigam o papel da imprensa na luta pelos direitos das mulheres, na superação dos estereótipos e na mitigação da violência de gênero. A respeito do feminicídio, seu expoente máximo e letal, destacam-se os trabalhos da América Latina, onde estão os primeiros países que adotaram o termo legalmente². De forma geral, essas pesquisas ressaltam que no discurso jornalístico a respeito do assassinato de mulheres - e sobre a violência de gênero de forma geral - predomina o viés policial, que prioriza informações sobre detalhes do crime no lugar dos números gritantes de violência contra a mulher, tratando o feminicídio na esfera da individualidade e omitindo o caráter sociocultural de suas causas.

² Em seu artigo “Femicide: the power of the name”, Diane Russell destaca que “em contraste com o fracasso contínuo dos esforços para levar as feministas americanas a adotarem o termo feminicídio, o conceito agora é amplamente utilizado em muitos países da América Latina”. Disponível em:
https://www.dianarussell.com/femicide_the_power_of_a_name.html

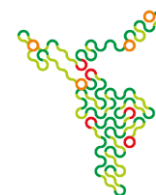


Diante deste cenário, este trabalho propõe a problematização dos enfoques e abordagens recorrentes nas notícias de feminicídio, tomando como pressuposto que o jornalismo é uma forma de conhecimento que se tornou “indispensável ao aprofundamento da relação entre o indivíduo e o gênero humano nas condições da sociedade futura” (GENRO FILHO, 2012, p. 11). Para Adelmo Genro Filho, jornalista, teórico e político brasileiro que dissertou sobre o jornalismo pela perspectiva marxista, essa forma de conhecimento é dotada de *práxis*, pois quando as notícias se conectam ao gênero humano, têm a possibilidade de mudar a realidade. Para compreensão do feminicídio como um fenômeno, é utilizado o conceito proposto pela escritora e ativista feminista sul-africana Diane Russel (1992), e posteriormente aprimorado por feministas latino-americanas, que entendem, por feminicídio, crimes de ódio perpetuados contra mulheres por conta da sua condição de gênero. Além de ser uma forma de chamar atenção para o problema, o neologismo feminicídio também surgiu como uma proposta de categoria analítica (COPELLO, 2012), permitindo que esses casos não fossem mais tratados de forma isolada, mas sim como uma situação evitável, causada por fatores sociais como a perpetuação do machismo e da misoginia. Para debater o enfoque do feminicídio nas notícias, recorro ao conceito de singular, particular e universal, adotado por Adelmo Genro Filho, entendendo que “o critério de valor da notícia vai depender (contraditoriamente) da universalidade que ela expressar” (GENRO FILHO, 2012, p. 80). Sustenta-se a hipótese de que a singularização extrema nas notícias sobre feminicídio colabora para a manutenção de estereótipos e para a percepção equivocada da sociedade a respeito da violência de gênero.

Feminicídio – um conceito universal

O conceito de femicídio, ou feminicídio, como é utilizado na América Latina, vem sendo debatido entre feministas desde a década de 1970. O termo, original do inglês *femicide*, foi criado por Carol Orlock e posteriormente resgatado por Diana Russell³ durante o Primeiro Tribunal Internacional de Crimes Contra a Mulher, realizado na Bélgica, de 4 a 8 de março, terminando no Dia Internacional da Mulher de 1976. Na ocasião, mais de 2.000 mulheres de 40 países se reuniram e testemunharam sobre suas experiências com diferentes tipos de violências relacionadas ao gênero feminino. Ao

³ Embora o termo “femicide” seja amplamente atribuído a Russell, quem o criou foi Carol Orlock. No entanto, Orlock nunca escreveu sobre o tema. Durante sua fala durante o Primeiro Tribunal Internacional de Crimes Contra a Mulher Diana Russell declarou que “*percebemos que o feminicídio já dura muito tempo. Mas como envolve apenas mulheres, não havia nome para isso até Carol Orlock inventar a palavra "femicídio"*” (RUSSELL; VEN, 1990).



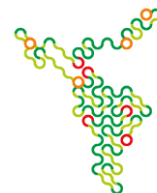
introduzir o discurso de estadunidenses e libanesas sobre o assassinato de mulheres por conta de sua condição de gênero, Russell declarou⁴: “Devemos perceber que muitos homicídios são de fato feminicídio. Nós devemos reconhecer a política de gênero do assassinato” (RUSSELL; VEN, 1990).

Com o intuito de criar uma categoria analítica, possibilitando observar a morte violenta de mulheres sob um ponto de vista crítico, partindo do entendimento de que essas mortes poderiam ser evitadas com a mitigação do sexismo e da opressão de gênero, em 1992, em coautoria com Jill Radford, Russell publicou o livro *“Femicide: The Politics of Woman Killing”*. Nele, as autoras discorrem sobre feminicídio sob a perspectiva de que é o assassinato de mulheres por homens *porque* são mulheres (RUSSELL; RADFORD, 1992). Organizando textos de diversas autoras feministas, Russel e Radford incrementaram outras dimensões ao conceito, elucidando como o racismo, o classismo e a lesbofobia alteram as formas como as mulheres vivenciam a opressão e a violência de gênero. Outro aspecto fundamental do conceito proposto é que, para as autoras, o feminicídio não se restringe aos crimes de assassinato, mas abrange todas as mortes não naturais de mulheres causadas por “atitudes ou práticas sociais misóginas”, como mortes decorrentes de mutilações genitais, cirurgias desnecessárias, violência obstétrica e omissão de ajuda médica em abortos mal sucedidos (RUSSELL; RADFORD, 1992 p.7).

Na América Latina, o conceito de feminicídio foi introduzido pela feminista e antropóloga mexicana Marcela Lagarde y de Los Ríos (2006), no contexto de uma série de assassinatos de mulheres não solucionados em Ciudad Juárez, na fronteira do México com os Estados Unidos. Para Los Ríos, os crimes de feminicídio são “uma consequência de falhas do estado de direito que favorecem a impunidade” (RUSSELL; A HARMES; RÍOS, 2006, p.20). Ao traduzir os livros de Russell, Los Ríos adaptou o termo “femicídio” para “feminicídio”, fazendo com que correspondesse à sua dimensão social. Com isso, buscava manter a premissa de um conceito capaz de refletir não apenas a responsabilidade individual dos autores dos assassinatos, mas também sua dimensão sociocultural e institucional.

Em espanhol, femicídio só pode ser interpretado como o termo feminino de homicídio, ou seja, como um conceito que especifica o sexo das vítimas. Minha intenção era esclarecer, desde o final, o feminicídio, que não se trata apenas da descrição dos crimes que cometem homicídios contra

⁴ Diana Russell e Nicole Van de Ven documentaram todo o evento e os relatos no livro *Crimes Against Women: Proceedings of the International Tribunal* (1990).

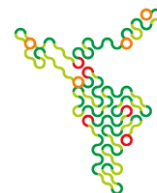


meninas e mulheres, mas da construção social desses crimes de ódio, da violência de gênero contra as mulheres, bem como da impunidade que os configura (RUSSELL; A HARMES; RÍOS, 2006, p. 12).

Em contraste com as feministas estadunidenses, que nunca tiveram adesão significativa ao conceito, as feministas latino-americanas começaram a adotar amplamente o termo feminicídio, uma mobilização que gerou resultados: atualmente, 17 países da América Latina têm leis que tipificam o crime de feminicídio, sendo eles a Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Venezuela, Paraguai, Uruguai e Brasil. Além de agravar a pena para quem comete esse tipo de crime, o aspecto mais importante da tipificação é coletar dados e chamar atenção para o fenômeno, promovendo uma maior compreensão sobre suas características. Para tanto, é fundamental ressaltar a ligação entre feminicídio e desigualdade de gênero, reconhecendo que muitas mortes violentas de mulheres são motivadas pelo ódio, desprezo ou sentimento de posse que os homens experimentam no contexto da sociedade patriarcal. Por essa perspectiva teórica “estão sendo descobertos os múltiplos mecanismos que contribuem para criar ou aumentar certos riscos à vida das mulheres que poderiam ser evitados em uma sociedade sem desigualdades de gênero” (COPELLO, 2012 p. 125).

Em 2014, em uma colaboração entre o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres), foi criado o Modelo de Protocolo latino-americano de investigação de mortes violentas de mulheres por razões de gênero, visando fornecer um guia prático para orientar a atuação de profissionais e incorporar uma perspectiva de gênero na investigação e persecução penal nos crimes contra a vida de mulheres (MODELO DE PROTOCOLO, 2014). No documento é recomendada a adoção do Modelo Ecológico Feminista proposto pela professora de “Gênero, Violência e Saúde”, Lori Heise, do departamento de enfermagem da escola de Saúde Pública Johns Hopkins Bloomberg (JHSPH), em Baltimore, nos Estados Unidos, (1999). O Modelo Ecológico Feminista é um método analítico para contextualizar e entender as causas da violência de gênero e do feminicídio, e propõe uma visão integrada da violência contra a mulher em quatro esferas que interagem entre si: individual, relacional, comunitário e social.

No âmbito social encontram-se os estereótipos de superioridade masculina, que incluem a masculinidade associada à dominação, a objetificação da mulher, o entendimento da violência como um mecanismo aceitável na resolução de conflitos; no nível comunitário se inserem fatores como,



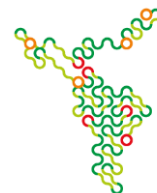
por exemplo, a dificuldade para que a mulher agredida possa sair da relação de violência e a afirmação da identidade masculina perante violência organizada, no caso da formação de grupos e quadrilhas. A esfera relacional diz respeito aos círculos mais próximos de convivência e como a violência se insere dentro do âmbito familiar. São considerados aqui o abuso de substâncias (drogas e álcool), dominação econômica masculina e também a normatividade patriarcal dos relacionamentos heterossexuais, pela qual na organização hierárquica é o homem quem toma as decisões. Por fim, a esfera individual está relacionada a fatores pertencentes à história pessoal da vítima e do agressor, ligados à aprendizagem da normalização da violência e ao caráter cultural “observado e repetido” da violência como forma de impor-se sobre outra pessoa (MODELO DE PROTOCOLO, 2014).

Formulado com base na realidade latino-americana, o Modelo de Protocolo ainda enumera os principais desafios a serem enfrentados no combate ao feminicídio. Entre eles, é destacada a ausência de análise das agressões contra mulheres como parte de um fenômeno global de violência de gênero (MODELO DE PROTOCOLO, 2014).

Assumindo a perspectiva construtivista de que o jornalismo é uma parcela constitutiva da construção da realidade, assim como uma forma de conhecimento dotada de práxis (GENRO FILHO, 2012), entendemos que por meio dele é possível contribuir para a ampliação do debate sobre violência de gênero e feminicídio, auxiliando maior compreensão da sociedade sobre as causas estruturais desse tipo de crime. No *Dossiê Feminicídio*, documento produzido pelo Instituto Patrícia Galvão, é ressaltada a importância do enfoque da mídia sobre as razões culturais dos altos índices de violência contra a mulher. “A partir do problema individual, é necessário estabelecer uma conexão com os aspectos socioculturais envolvidos, como noções de desigualdade de direitos e sentimentos como posse, controle e direito sobre o corpo e a vida das mulheres” (DOSSIÊ FEMINICÍDIO, 2016, p 25).

De acordo com Felipe Pontes (2015), “o conhecimento, para Genro Filho, é uma forma de revelação e de apropriação da realidade pelos sujeitos” (PONTES, 2015 p.359). Essa apropriação da realidade ocorre quando é possível contextualizar os fatos a suas causas, sem que seja feita sua análise de forma individualizada ou isolada. Para estruturar suas concepções a respeito do jornalismo, Genro Filho recorre à tríade singularidade, particularidade e universalidade pela qual:

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada.

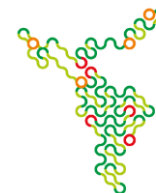


O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva (GENRO FILHO, 2012, p. 170).

Em "*O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*", Adelmo Genro Filho afirma que o jornalismo é uma forma de conhecimento cristalizada no singular, que, de acordo com Pontes (2017), representa “o único, o factual, o fenomênico, o atual, o acontecimento” (PONTES, 2017). Os acontecimentos são a matéria prima das notícias sendo que “o critério jornalístico de uma informação está indissolivelmente ligado à reprodução pelo ângulo de sua singularidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 172). Porém, na “singularização extrema”, com omissão dos elementos do particular e do universal, a notícia “pressupõe e reforça categorias do próprio senso comum” (GENRO FILHO, 2012 p. 206).

Por isso, para Adelmo Genro Filho “o critério de valor da notícia vai depender (contraditoriamente) da universalidade que ela expressa” (GENRO FILHO, 2012 p. 80). Na universalidade é exposto o contexto, como os fatos se conectam com o todo, a “explicação lógica da realidade que converge e determina as partes” (PONTES, 2017 p. 171). Para que isso ocorra é necessário um conhecimento prévio da essência, “do significado que emana das suas relações com a totalidade do complexo econômico, social e político onde está situado” (GENRO FILHO, 2012, p.46). Desta forma, cabe ao jornalismo “não apenas repetir o fenômeno, mas de reconhecer o quadro de particularização possível em que esse fato social é produzido e será consumido pelo público” (PONTES, 2015, p. 326). É desta reflexão que surge a crítica de Adelmo Genro Filho ao *lead* jornalístico com a pirâmide invertida. Na estrutura clássica da notícia, o primeiro parágrafo rotineiramente corresponde a questões básicas sobre o fato focando exclusivamente no caráter singular do evento, o que é considerado o “mais importante”. Para Genro Filho, do ponto de vista epistemológico, a pirâmide não deveria ser invertida: “a pirâmide invertida deve ser revertida, quer dizer, colocada com os pés na terra. Nesse sentido, a notícia caminha não do mais importante para o menos importante (ou vice-versa), mas do singular para o particular; do cume para a base” (GENRO FILHO, 2012 p. 201).

O autor ressalta que não se trata de abolir o *lead*, que é uma forma eficiente de sintetizar os acontecimentos. Mas, o fato de que a “notícia é apresentada da singularidade para a particularidade, tendo *por horizonte* a universalidade” (PONTES, 2015 p.327), acaba sendo uma “expressão aguda” da percepção singularizada dos fatos. A proposta de Adelmo Genro Filho é que exista um equilíbrio

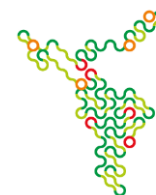


entre a apresentação do singular e do particular e universal, permitindo assim maior compreensão dos fatos, transformando o singular, matéria prima do jornalismo, em “algo que transborda sua relação meramente funcional com a reprodução da sociedade” (GENRO FILHO, 2012, p. 198).

A respeito das notícias de feminicídio e violência contra a mulher, isso pode ser observado quando as publicações não abordam o contexto social de machismo e misoginia em que esses crimes ocorrem, ou seja, sua universalidade. O feminicídio é assunto recorrente na mídia, mas poucas são as matérias que ampliam o debate sobre violência de gênero. Como ressalta Adelmo Genro Filho, dependendo da linguagem, coleta de dados e enfoque escolhidos, são diversas as maneiras de tratar um mesmo acontecimento, todas “igualmente jornalísticas” (GENRO FILHO, 2012, p.46). O enfoque escolhido na grande maioria das publicações sobre feminicídio é de viés policial, abordando os casos de maneira simplista e individualizada, ou seja, restrito ao aspecto singular do fenômeno. Dessa maneira, a notícia perde sua potencialidade de se tornar uma “apreensão crítica da realidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 202).

Desde 2010 o Instituto Patrícia Galvão, em parceria com a ANDI – Comunicação e Direitos, realiza e apoia uma série de pesquisas de monitoramento e análises da cobertura da imprensa sobre violência contra as mulheres. Em resumo, uma das conclusões é que a principal lacuna da cobertura é justamente a ausência de análises mais profundas entre o fato noticiado e suas causas estruturais. Outro ponto levantado foi a ausência de informações sobre serviços de proteção à mulher – a maioria dos materiais analisados pelos levantamentos do Instituto não faziam menção a eles (ARAÚJO, 2018, p. 16). Entre 2010 até 2015 – período anterior à lei do feminicídio – houve um aumento do espaço dedicado à violência contra a mulher, mas “verificou-se que a dinâmica editorial havia se alterado pouco em termos de conteúdo” (ARAÚJO, 2018 p. 16).

Outro ponto levantado por essas análises foi a violação do direito à memória e à privacidade, quando são publicadas fotos dos corpos das mulheres mortas e detalhes sensacionalistas sobre as circunstâncias da sua morte (como o número ou local de perfurações, estado em que foi encontrada, etc). Muitas vezes os materiais informativos expõem a família e a vítima com fotos e informações que deveriam ser restritas às autoridades, dão detalhes que podem prejudicar investigações, violam a privacidade, a memória da vítima e da família, fornecem um “mini manual” para a prática da violência contra a mulher” (ARAÚJO, 2018). Além disso, reforçam estereótipos de gênero quando procuram possíveis justificativas para o crime, como um suposto comportamento sexual inadequado da vítima,



as roupas que ela vestia ou consumo de álcool, por exemplo. Em vez de se falar de violência de gênero, é reforçado o senso comum de “crime passionai” pelo qual os motivos são ciúmes ou inconformidade com o fim da relação. De acordo com o estudo, “a abordagem romantizada e a desresponsabilização do autor pelo crime de feminicídio foram a tônica da cobertura” (ARAÚJO, 2018 p. 19).

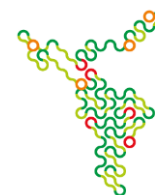
A fim de realizar uma comparação em pequena escala com os resultados expostos, foram levantadas notícias sobre feminicídio veiculadas no ano de 2019 no site Notícias do Dia, um dos portais jornalísticos mais acessados de Santa Catarina. Com a ferramenta “busca” disponibilizada no site, o termo oferece 117 resultados. Excluindo colunas, textos reproduzidos de outros jornais e vídeos, se chegou a um corpus de 55 notícias.

Dos 55 materiais analisados, apenas seis explicam o que caracteriza um crime de feminicídio em congruência com seu conceito e com a lei brasileira. Duas matérias apenas informavam que o crime era considerado feminicídio, pois “ocorreu em contexto de violência familiar” e outra justificava “pela condição da vítima ser mulher”, dando a entender que feminicídio era apenas um correspondente de homicídio.

Enquanto três notícias alegaram ciúmes para motivação do crime; dez por inconformidade com o fim do relacionamento; duas sobre abuso de drogas e problemas psicológicos e, no caso de duas meninas mortas pelos padrastos, o relacionamento com suas mães. A desigualdade de gênero e o machismo só foram citados em duas matérias, ambas especiais sobre o crescimento do número de feminicídios no Brasil. Todas as notícias sobre feminicídio assinadas pelo portal ou por seus redatores no ano de 2019 (não foram consideradas colunas de opinião e vídeos) estavam na editoria de polícia. Embora duas notícias publicadas - nos dias 04 e 08 de março, dia da mulher - estivessem na categoria “Direitos Humanos” ambas eram reprodução da Agência Brasil, não sendo produzidas pelo portal catarinense.

Conclusão

Sucintamente, o conceito de feminicídio foi formulado para ser uma ferramenta para decodificar uma realidade que se perpetua há séculos, mas não era devidamente interpretada e



reconhecida. Desde o discurso de Russell no Tribunal de crime contra as mulheres muitas foram as contribuições, especialmente de feministas latino-americanas, para aprimorar o conceito e fazer com que a morte violenta de mulheres por conta da sua condição de gênero fosse devidamente contextualizada e seus reais motivos, a misoginia e o machismo, fossem enfrentados. Ao mesmo tempo em que podemos ver avanços - como a criação de leis e protocolos de orientação para que o conceito seja implementado nas políticas públicas de combate à violência, muitos são os desafios, o que pode ser observado em crescentes números de violência contra a mulher e subnotificações de casos de feminicídio, que muitas vezes são tratados como “crime passionai” ou “crime de honra”, o que indica um grande caminho a ser percorrido na luta dos direitos das mulheres. A importância de quantificar os casos, além de chamar atenção para o problema, é coletar dados para propor ações mais efetivas no combate à violência contra a mulher lançando “fundamentos científicos para quantificar esses crimes cuja dimensão autêntica ainda permanece no escuro” (COPELLO, 2012 p. 129). Diante desse cenário, entender o posicionamento do jornalismo na cobertura desse tipo de crime é crucial para diagnosticar o que leva à manutenção da realidade em que crimes de ódio contra mulheres são despolitizados, tratados na esfera da individualidade, e não como uma situação pública e urgente.

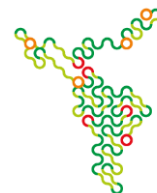
Considerando que o jornalismo é um dos atores envolvidos na construção da realidade e de que “o debate público pode ser mais ou menos qualificado, a depender da competência daqueles que nele intervêm” (GOMES, 2009, p. 101), sustenta-se que discurso jornalístico precisa problematizar as relações de gênero e dar visibilidade às causas estruturais que permeiam os crimes de violência contra a mulher, contribuindo assim para o seu enfrentamento. Partindo do pressuposto de que “conhecer é, efetivamente, construir, organizar e interpretar e não apenas espelhar ou refletir os dados da experiência” (GOMES, 2009, p. 50), a contribuição da teoria de Adelmo Genro Filho é um aporte para a reflexão sobre a forma como o conhecimento jornalístico, conectando os fatos noticiados ao gênero humano têm a potencialidade de transformar a realidade (PONTES, 2015, p. 327).

Referências:

ARAÚJO, Luciana. **IMPrensa E DIREITOS DAS MULHERES:** Papel social e desafios da cobertura sobre feminicídio e violência sexual. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2018.
COORDENAÇÃO EDITORIAL Marisa Sanematsu.



- COPELLO, Patricia Laurenzo. APUNTES SOBRE EL FEMINICIDIO. **Revista de Derecho Penal y Criminología**: Universidad Externado de Colombia, Colombia, v. 8, n. 3, p.119-143, jun. 2012.
- GENRO FILHO, Adelmo. **Segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. 6. ed. Florianópolis: Insular, 2012. Jornalismo a Rigor
- GOMES, Wilson. Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo. Florianópolis: Insular/POSJOR-UFSC, 2009.
- HANITZSCH, TH.; VOS, T. Journalism beyond democracy: A new look into journalistic roles in political and everyday life. **Journalism**. Vol. 19, n. 2, 2018, p. 146–164.
- HEISE, L., Violencia contra las mujeres: un marco ecológico integrado. In: BACKHAUS, A.; MEYER, R. (Orgs.). **Violencia de género y estrategias para el cambio**. Managua: GTZ/Proyecto de promoción de políticas de género, p. 27-65, 1999.
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Femicídio - Qual o papel da imprensa?** 2016. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- MODELO DE PROTOCOLO LATINO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO DAS MORTES VIOLENTAS DE MULHERES POR RAZÕES DE GÊNERO (FEMICÍDIO/FEMINICÍDIO). Escritório Regional para a América Central do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; Escritório Regional para as Américas e o Caribe da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres). Brasília: ONU Mulheres, 2014.
- PARK, Robert E. A Notícia como Forma de Conhecimento: um capítulo da Sociologia do Conhecimento. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo** vol 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- PONTES, Felipe Simão. Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo: 30 anos do “Segredo da Pirâmide”. **Brazilian Journalism Research**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.154-181, 7 maio 2017. Associação Brasileira de Pesquisadores de Jornalismo. <http://dx.doi.org/10.25200/bjr.v13n1.2017.960>.
- PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular. 2015
- PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). **Feminicídio #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2017. (Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos).
- RADFORD, Jill; RUSSELL, Diana E. H. (orgs.) **Femicide: The Politics of Woman Killing**. Nova York, Twayne, 1992
- RODRIGO ALSINA, Miquel. **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009

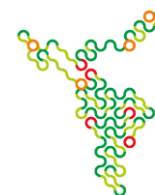


RUSSELL, Diana. **Femicide The Power Of a Name**. 2011. Disponível em:
<<http://www.womensmediacenter.com/news-features/femicidethe-power-of-a-name>>. Acesso em:
10 dez. 2019.

RUSSELL, Diana; A HARMES, Roberta; RÍOS, Marcela Lagarde y de Los. **Feminicidio: una perspectiva global**. Coyoacán: Universidad Nacional Autónoma de México, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias En Ciencias y Humanidades, 2006. DIVERSIDAD FEMINISTA.

RUSSELL, Diana; VEN, Nicole van de. **Crimes Against Women**: Proceedings of the International Tribunal. 3. ed. Berkeley, California: Les Femmes, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely S. de. **Violência de Gênero**: Poder e Impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.



JORNALISMO E EMPATIA: O POTENCIAL DA REPORTAGEM NA DESNATURALIZAÇÃO DOS LUGARES SOCIAIS

Magali Moser¹
Rafael Rangel Winch²

Resumo: A prática jornalística carrega o potencial de romper ideias pré-definidas e pluralizar os sentidos, ampliando e desmistificando versões e pontos de vista. No entanto, quando exercida de modo irresponsável ou acrítico, também pode reforçar estereótipos e preconceitos, favorecendo a difusão de lógicas distorcidas e visões reducionistas sobre fatos e sujeitos. Em seu encontro com o “Outro”, a reportagem se destaca como espaço privilegiado nos processos de desconstrução e desvelamento. Tais possibilidades não dependem apenas de competência técnica, mas sobretudo da abertura ao diálogo e acolhimento do diverso, mesmo com as limitações e obstáculos em diferentes aspectos e esferas do campo profissional. A própria forma como o campo jornalístico se estrutura historicamente, com ênfase para os acontecimentos e não para as problemáticas, parece favorecer uma abordagem superficial e focada no apelo sensacional/extraordinário. Este artigo tem o objetivo de refletir sobre como a prática jornalística, através da reportagem, pode contribuir para desnaturalizar lugares sociais predeterminados pelos imaginários social e jornalístico. Para essa reflexão, destacamos fragmentos da reportagem *Muita Coisa*, assinada pelo jornalista Armando Antenore e publicada na Revista piauí de setembro de 2020, que ilustram o potencial e as dificuldades de alcançar a empatia no jornalismo. A metodologia se estrutura em uma análise interpretativa com base em Agosta (2014).

Palavras-chave: Jornalismo. Empatia. Reportagem. Lugares sociais. Saúde mental.

Journalism and empathy: the potential of report in the denaturalization of social places

Astract: Journalistic practice carries the potential to break pre-defined ideas and pluralize meanings, expanding and demystifying versions and points of view. However, when exercised irresponsibly or uncritically, it can also reinforce stereotypes and prejudices, favoring the diffusion of distorted logics and reductionist views on facts and subjects. In its encounter with the “Other”, the reporting stands out as a privileged space in the processes of deconstruction and unveiling. Such possibilities do not depend only on technical competence, but above all on the openness to dialogue and welcoming the diverse, even with the limitations and obstacles in different aspects and spheres of the professional field. The very way in which the journalistic field is historically structured, with an emphasis on events and not on problems, seems to favor a superficial approach and focused on the sensational / extraordinary appeal. This paper aims to reflect on how journalistic practice, through reporting, can contribute to denaturalize social places predetermined by the social and journalistic imaginary. For this reflection, we highlight fragments of the reporting *Muita Coisa*, signed by journalist Armando Antenore and published in Revista Piauí of September 2020, which illustrate the potential and

¹ Doutoranda em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista FAPESC.

² Doutorando em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista FAPESC.



difficulties of achieving empathy in journalism. The methodology is structured in an interpretative analysis based on Agosta (2014).

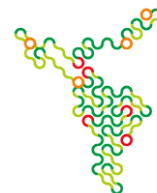
Keywords: Journalism. Empathy. Reporting. Social places. Mental health.

Introdução

O espaço da reportagem detém o potencial de extrapolar as limitações da cobertura jornalística imediatista, rompendo imaginários pré-definidos, pluralizando os sentidos e ampliando os pontos de vista sobre acontecimentos, problemáticas e temas diversos. Especialmente as reportagens em revista se destacam historicamente como lugar privilegiado para o aprofundamento de narrativas e humanização³ de personagens a partir dos processos empáticos construídos pelo encontro com o Outro, proporcionados pelo jornalismo. Exemplos deste potencial se revelam a partir da história de Preta, produtora cultural que trabalha em projetos de assistência psicológica para moradores de favelas no Rio de Janeiro, personagem central da reportagem *Muita Coisa*, publicada na edição 168, de setembro de 2020, da Revista *piauí*, assinada pelo repórter e editor da publicação Armando Antenore (2020). A reportagem traz como questão central a saúde mental nas favelas no contexto da pandemia de Covid-19.

Apesar de a saúde mental não possuir uma definição única e consensual (OMS, 2002), compreendemos que, de modo geral, o termo sinaliza o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional dos indivíduos, incluindo também a capacidade que os sujeitos desenvolvem a fim de apreciar a vida e buscar um equilíbrio entre as atividades e os esforços para atingir a resiliência psicológica (LANCETTI, AMARANTE, 2006). Além disso, entendemos que transtornos mentais também podem ser discutidos com base no reconhecimento de marcadores sociais da diferença como raça (SMOLEN, ARAÚJO, 2017), classe e gênero (LUDERMIR, 2008). Este artigo tem o objetivo de refletir como a prática jornalística, através da reportagem, pode contribuir para desnaturalizar lugares sociais predeterminados pelos imaginários social e jornalístico. Para essa reflexão, destacamos fragmentos da reportagem citada que ilustram o potencial e as dificuldades de alcançar a

³ Aqui entendemos por humanização, conforme Ijuim, ver o ser humano como ponto de partida e de chegada na narrativa jornalística. Para tanto, o jornalista assume uma postura de solidariedade para sentir as dores universais; seu trabalho respeita as diferenças de qualquer natureza e se isenta de prejulgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa adquire caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato é humanizador (IJUIM, 2017, p. 242).



empatia no jornalismo. A metodologia se estrutura em uma análise interpretativa com base em Agosta (2014).

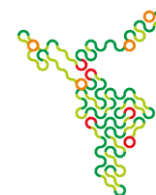
Reportagem como encontro com o Outro

A reportagem se consolida especialmente por cobrir vazios informativos deixados pela cobertura factual condicionada pela obsessão da atualidade, permitindo a ampliação da compreensão da realidade. Emerge, sobretudo, com a revista semanal de informação, pelas características próprias do veículo, sobretudo pela possibilidade de promover o aprofundamento da informação. Medina é uma das primeiras autoras no Brasil a pensar a reportagem enquanto narrativa com o livro *A arte de tecer o presente*, publicado em 1973 em co-autoria com o Paulo Roberto Leandro. Em uma de suas primeiras obras sobre o tema, a autora defende que a distinção entre a notícia e a reportagem é o “tratamento do fato jornalístico, no tempo de ação e no processo de narrar” (MEDINA, 1988, p. 115). Na sua avaliação, reportagem “leva a um quadro interpretativo do fato” (MEDINA, 1988, p. 155). E toda a sua obra posterior, a pesquisadora considera a narrativa autoral como diferencial no jornalismo (MEDINA 2006; 2016).

No jornalismo de revista⁴, a reportagem assume particularidades. Historicamente, a reportagem de revista se configura como espaço do aprofundamento: “Mais que contar o que acontece no mundo – função primeira da imprensa diária – a revista comenta, opina e interpreta sobre assuntos variados, buscando uma visão mais aprofundada dos temas e fatos que envolvem o ser humano (sejam eles naturais ou sociais)” (TAVARES, 2011, p. 49). Ao ofertarem diferentes modos de conhecer a realidade, as revistas não somente informam, mas sobretudo interpretam as mais variadas questões, sustentando “ (...) um discurso imbricado na contemporaneidade, não apenas como lugar do atual, mas, especialmente de compartilhamento sobre o que importa saber agora e como deve agir o sujeito do seu tempo” (SCHWAAB, 2013).

No contexto contemporâneo, a revista *piauí* costuma ser celebrada por apresentar uma proposta editorial diferenciada que se manifesta nos prêmios recebidos ao longo de sua existência, criando uma sensação de continuidade das revistas anteriores *O Cruzeiro* e *Realidade*. Idealizada pelo

⁴ Etimologicamente, o termo revista tem relação com o inglês *review*, originado do latim *revidere*, apontando sentidos vinculados aos atos de revisitar, examinar, interpretar e verificar. Como veículo midiático, os termos *magazine*, *magasin*, *magazzino* são comuns respectivamente em inglês, francês e italiano, tendo todos estes origem na palavra árabe *makhazin*, que significa armazém, depósito (TAVARES, 2011).

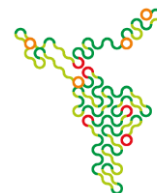


cinasta João Moreira Salles e lançada em outubro de 2006 na Feira Internacional Literária de Parati, a FLIP, tem como inspiração a publicação norte-americana *The New Yorker*. Desde sua concepção, a publicação apresenta características distintivas, se comparada a outras revistas semanais, elementos como a valorização do texto e uma apuração que pode durar meses. Ao analisar a revista em sua dissertação, Pinto (2014) conclui que os elementos que fazem de *piuaí* um caso “excepcional” na imprensa brasileira se relacionam principalmente ao capital econômico viabilizado e a um *publisher* cujo *habitus* favoreceu a concepção da revista com características que se aproximam muito mais do campo da erudição do que do campo da indústria cultural.

Por que a empatia importa ao jornalismo?

A empatia é um elemento relevante para tensionarmos a construção das narrativas jornalísticas, sobretudo quando reconhecemos a dimensão emocional de uma reportagem. Contudo, tal questão nem sempre é devidamente compreendida e trabalhada a partir de seu potencial crítico e político. Devido aos valores imperantes no campo jornalístico, é comum que jornalistas recorram ao chamado ritual estratégico de emocionalidade, processo pelo qual terceirizam suas emoções visando manter a subjetividade fora da narrativa que tecem (WAHL-JORGENSEN, 2013). Assim, mesmo que jornalistas reconheçam a existência e a função das emoções, muitos profissionais se relacionam com elas de maneira cautelosa, sem perderem de vista a constante defesa de valores profissionais ideologicamente dominantes, como objetividade e imparcialidade. Embora não se caracterize como uma emoção em si, a empatia está diretamente relacionada ao universo das emoções.

Partindo de uma perspectiva filosófica, Agosta (2014) entende a empatia como um processo multidimensional que é acionado a partir de quatro principais componentes, a saber: 1) *receptividade empática*, uma abertura à comunicabilidade de afeto de outras pessoas, seja no encontro face a face ou como artefatos da imaginação humana; 2) *entendimento empático*, uma compreensão do Outro enquanto sujeito reconhecido na relação como uma possibilidade de florescimento humano – de escolha autônoma, compromissos e implementação; 3) *interpretação empática*, uma leitura que identifica padrões de adaptação e modelos de sobrevivência e desenvolvimento a partir de perspectivas de outros sujeitos; e 4) *escuta empática*, uma articulação da capacidade de resposta ideal na linguagem da receptividade, compreensão e interpretação indicadas, que permite ao outro apreciar que ele ou ela foi o beneficiário de uma escuta graciosa e generosa. Nesta perspectiva, a empatia é



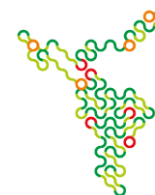
permeada pela ficcionalidade, uma vez que o Outro será sempre uma ficção – porém, uma ficção necessária para o indivíduo encontrar a própria verdade. Assim, ser empático é adotar um modo de responsividade que inclui tanto o ouvir quanto o responder no comportamento e no discurso.

Investigando o jornalismo pelo prisma das narrativas, Marcio Serelle concebe a empatia como a faculdade de nos projetarmos em sentimentos experimentados pelo outro. Ao versar sobre a função empática da personagem, o pesquisador sinaliza a importância de o chamado “jornalismo narrativo” fornecer perspectiva biográfica, complexidade psicológica e contexto social, aspectos que, muitas vezes, figuram apenas como número ou estatística ou ainda reduzidos a uma única face de personalidade que serve ao acontecimento noticiado na cobertura cotidiana. Para o autor, a personagem é o elemento que permite ao “jornalismo narrativo” a empatia que vincula o leitor às experiências relatadas. No entanto, nem sempre o potencial de subversão da personagem é devidamente compreendido pelo jornalismo. “A função empática da personagem no jornalismo, ainda que possa persistir em algum grau, é usualmente esvaziada ou pelo menos tomada de forma utilitária no dia a dia das redações” (SERELLE, 2020, p. 53-54).

Interpretações e análises

Com base nas reflexões tecidas nas seções anteriores, buscamos realizar uma análise interpretativa que nos auxilie a compreender como a empatia pode ser criticamente acionada no jornalismo por meio de uma reportagem em revista. Selecionamos uma produção da *piauí*, publicação mensal da Editora Alvinegra com distribuição pela Abril, por compreendermos que tal revista se destaca no jornalismo brasileiro como um dos principais espaços focados na construção de reportagens longas e aprofundadas, muitas vezes, a partir de abordagens criativas, ousadas e questionadoras. A reportagem escolhida para ancorar nossa discussão versa sobre saúde mental em favelas no contexto da pandemia de Covid-19 e foi publicada na edição 168, em setembro de 2020, assinada pelo repórter especial Armando Antenore.

Em termos operacionais, nossa análise interpretativa se ancora, sobretudo, na perspectiva do filósofo Lou Agosta (2014) brevemente sintetizada neste artigo a partir da seção *Porque a empatia importa ao jornalismo*. Vale ressaltar que as quatro esferas da empatia elencadas pelo autor não se manifestam de modo estanque, sendo, assim, elementos que se relacionam e se complementam. Por isso, apesar de o gesto interpretativo apresentado a seguir ser organizado por meio das esferas



discutidas pelo autor, compreendemos que um mesmo trecho da reportagem pode acionar mais de um componente do processo empático. Neste artigo, focamos nossa análise na primeira das quatro categorias proposta pelo autor:

A receptividade empática

O texto carrega marcas que deixam escapar o cuidado receptivo no tratamento com a entrevistada durante o processo de apuração jornalística. Uma dessas marcas aparece logo no início, quando o autor, ao contar que Preta se reconhece mais assim do que como Diene, atribui a fala à personagem central do texto “numa das dezenas de ocasiões que falou com a *piuaí* por celular ou WhatsApp”. A humanização não se dá apenas na narrativa, mas também na forma de apresentação da reportagem. A ampla imagem que abre a matéria prenuncia a discussão proposta nas páginas seguintes. Na foto colorida em destaque creditada a André Valentim, o foco se volta para Preta, a fotógrafa e produtora cultural, com a boneca que recebe o apelido que a própria dona carrega desde a infância. A sutileza só é quebrada com a legenda sobre a protagonista: “em três das quatro tentativas de suicídio, ela tomou doses cavalares de sonífero. Na última, ingeriu chumbinho, um raticida bastante popular”.

A passagem mencionada acima não apenas a conduta adotada pelo repórter na elaboração do trabalho, mas também permite compreender melhor o caminho percorrido para o resultado final apresentado na reportagem de fôlego. Em seguida, a própria Preta afirma ao repórter que “Tu, inclusive, pode me chamar de Preta. Vou gostar”, sinalizando uma aproximação e conquista de confiança da fonte pelo jornalista, algo ainda mais desafiador de se alcançar no contexto trazido pela pandemia de Covid-19 com a obrigatoriedade da mediação tecnológica nessas abordagens. Descrições detalhadas estruturam o texto como as cenas que ambientam Preta aconchegando a boneca no leito sempre que se prepara para dormir. Como a reportagem foi produzida durante a pandemia do novo coronavírus, inclusive tratando de seus impactos nas comunidades periféricas, o contato físico entre repórter e entrevistada foi possivelmente afetado. No entanto, tal contexto parece não ter resultado em prejuízo para a narrativa.

A narrativa jornalística percorre a trajetória da protagonista, acompanha suas escolhas, dilemas e conflitos existenciais. Aborda inclusive um tema evitado pela imprensa: Preta, depois de peregrinar por “consultórios psiquiátricos e psicológicos, recebeu o diagnóstico de síndrome do



pânico e depressão, tomou remédios, emagreceu 15 kg, largou a faculdade, abdicou da loja virtual e do emprego, rompeu o casamento e *tentou o suicídio quatro vezes*” (ANTENORE, 2020, p. 23, grifos nossos). Sabendo das resistências históricas em tratar o assunto no jornalismo, haja vista a alegação de que a divulgação pode estimular novos casos, a abordagem merece alerta: trata-se de um eixo central do texto, com amplo destaque na diagramação. Ao trazer esse elemento, a reportagem não se furta do debate público sobre o tema complexo. No entanto, falha ao expor em detalhes os métodos utilizados pela personagem para tirar a própria vida, desviando o foco da prevenção e contrariando orientações de como abordar o tema na imprensa⁵.

Considerações finais

A escolha por focar na realidade envolvendo a população predominantemente negra e moradora das periferias a partir da personagem Preta vai ao encontro de demandas históricas expostas pelas desigualdades brasileiras. Também se ampara nos dados estatísticos apresentados pela própria reportagem, ao trazer que as mulheres, por exemplo, são as mais suscetíveis às psicopatologias. Na proposta de extrapolar os limites impostos pelo jornalismo tradicional, a reportagem segue a tendência observada no jornalismo de revista de valorizar o universo das chamadas “pessoas comuns”, em detrimento de fontes oficiais. A narrativa engendrada na reportagem ilustra como o jornalismo de revista pode ser configurado em espaço fértil para o acolhimento e problematização de questões relevantes no debate público contemporâneo, a exemplo da saúde mental.

Na reportagem *Muita Coisa*, a personagem Preta tem uma reviravolta na vida ao se consultar com uma psicóloga negra. Bem diferente da que buscara tratamento inicialmente, esta profissional a acolhe, permitindo que a fotógrafa cure feridas antigas provocadas pelo racismo. Nas palavras da protagonista: “Ela demonstrou absoluta empatia pelo meu sofrimento” (ANTENORE, 2020, p.24, grifos nossos.). Tal qual a psicóloga, o jornalista também indica ter tomado um caminho semelhante. Ainda que tenha cometido um deslize ao expor métodos de tentativas de suicídio, como observado nas análises, podemos afirmar que seu movimento empático iniciou pela forma como concebeu a

⁵ Conforme recomenda o próprio Manual Prevenção para Suicídio, produzido pela Organização Mundial de Saúde e dirigido para profissionais da mídia. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/prevention/suicide/en/suicideprev_media_port.pdf Acesso em 21 abr, 2021.



pauta, no enquadramento do assunto abordado, ao propor um recorte praticamente ignorado pelos meios de comunicação tradicionais.

Como nos lembra Agosta (2014), o sofrimento humano é vasto e profundo, o que nos exige a construção de processos empáticos para humanizar as relações sociais, sem que isso signifique uma regressão à mera piedade ou idealização de uma utopia sentimental. No jornalismo – especialmente em produções que almejam ser aprofundadas como reportagens de revista – a empatia pode ser acionada de maneira crítica e responsável em diferentes momentos da construção de uma narrativa. Nosso gesto interpretativo em torno da reportagem *Muita Coisa* buscou ilustrar parte destas possibilidades, reconhecendo a escolha da pauta, a relação com as fontes, o posicionamento das personagens no texto e a contextualização do tema abordado como dimensões imprescindíveis para uma abertura à comunicabilidade dos afetos do Outro.

Referências

AGOSTA, Lou. **A rumor of empathy: rewriting empathy in the context of philosophy**. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

ANTENORE, Armando. Muita coisa. In: **Revista piauí**. Rio de Janeiro: Editora Alvinegra. Edição 168, setembro, 2020.

IJUIM, J.K. Por que humanizar o jornalismo (?) **Verso e Reverso**, 31(77):235-243, setembro-dezembro 2017. Disponível em:

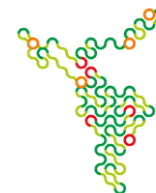
<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07> . Acesso em: 28 abr, 2021.

LANCETTI, Antonio; AMARANTE, Paulo. Saúde Mental e Saúde Coletiva. In: CAMPOS, GWS et al (Org.) **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. 871 p

LEANDRO, Paulo Roberto; MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: o jornalismo interpretativo**. São Paulo: Média, 1973.

LUDERMIR, Ana Bernarda. Desigualdades de classe e gênero e saúde mental nas cidades.

Physis [online]. 2008, vol.18, n.3, pp.451-467. ISSN 1809-4481,



MEDINA, Cremilda. **O signo da relação:** comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Ato Presencial:** mistério e transformação. São Paulo: Casa da Serra, 2016.

MEDINA, Cremilda. **Notícia:** Um produto à venda. São Paulo : Summus, 1988.

Organização Mundial da Saúde. Prevenção do Suicídio: um manual para profissionais da saúde em atenção primária. Genebra: 2000

PINTO, Daniela Caniçali Martins. Piauí e o campo jornalístico: um estudo dos discursos sobre a revista. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR), 2014.

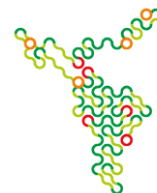
SCHWAAB, Reges. Revista e instituição: a escrita do lugar discursivo. In: TAVARES, Frederico de Mello B.; SCHWAAB, Reges. (Orgs.). **A revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 58-75.

SERELLE, Marcio. A personagem no jornalismo narrativo: empatia e ética. **Mídia e Cotidiano**. v.14, n. 2, p. 44-64, 2020.

SMOLEN, Jenny Rose; ARAUJO, Edna Maria de. Raça/cor da pele e transtornos mentais ... **Ciência e saúde coletiva** [online]. 2017, vol.22, n.12, pp. 4021-4030.

TAVARES, Frederico de Mello Brandão. Ser revista e viver bem: um estudo de jornalismo a partir de Vida Simples. 2011. 468 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2011.

WAHL-JORGENSEN, Karin. The Strategic Ritual of Emotionality: A Case Study of Pulitzer PrizeWinning Articles. **Journalism: Theory, Practice & Criticism** 14 (1): 129–145. 2013.



JORNALISMO E GÊNERO - A FORMAÇÃO DE JORNALISTAS NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS HUMANOS

Dra. Melina de la Barrera Ayres¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: Jornalistas são mediadores de realidades, apresentam visões de mundo construídas a partir dos contextos sociais dos quais fazem parte, assim como de suas próprias vivências. Deste modo, pensar em um jornalismo que respeite e defenda os Direitos Humanos implica, entre outras coisas, estimular desde a formação profissional, o debate das questões relativas à diversidade e gênero. Esta é a orientação internacional da UNESCO. Em 2007 a entidade apresentou, no I Congresso Mundial sobre o Ensino de Jornalismo, um modelo de Currículo para os cursos de graduação e pós-graduação em Jornalismo, onde sugere que, desde o primeiro semestre, sejam introduzidas questões sociais contemporâneas como gênero, diversidade cultural, etc. No Brasil, unicamente duas graduações em Jornalismo incluem, em suas propostas pedagógicas, disciplinas que apresentam este intuito, ambas em instituições públicas: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta comunicação tem por objetivo apresentar e debater a experiência da disciplina Jornalismo e Gênero, ministrada no Curso de Jornalismo da UFSC, oferecida aos alunos desde 2016 como disciplina optativa, mas que integrará o leque de disciplinas obrigatórias a partir do primeiro semestre de 2020. O estudo de caso aplica como métodos a análise documental de planos de ensino, registros de classe e outros documentos; e a entrevista aberta a alunos que cursaram a disciplina e docentes que a ministraram.

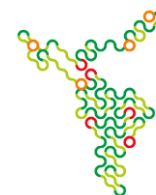
Palavras-chave: Jornalismo; ensino; gênero; direitos humanos.

Introdução

O papel do jornalismo para a manutenção da democracia é tema de debate e de luta há muito tempo. Entretanto, a relação entre jornalismo e direitos humanos, que para muitos pode parecer óbvia, muitas vezes não está tão clara. Por essa razão, pensar em jornalismo e direitos humanos implica, entre outras coisas, refletir sobre a formação dos jornalistas.

Preocupada com estas questões a UNESCO iniciou em 2005 a elaboração de um Modelo Curricular para o ensino do Jornalismo. A iniciativa visava contribuir para a melhoria da qualidade da formação e, por consequência, da qualidade do jornalismo produzido ao redor do mundo. Com

¹ Professora efetiva do Departamento de Jornalismo da UFSC. Pós-doutora em Jornalismo (UFSC), Doutora Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), Mestra em Jornalismo (UFSC), Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (Universidad Católica del Uruguay). E-mail: melina.ayres@gmail.com.



este intuito a organização selecionou professores da área em países da África, Ásia, Europa, Oriente Médio e Américas do Norte e do Sul, para escrever o programa das 17 disciplinas fundamentais. O documento (UNESCO, 2010), que visa ser um modelo de currículo para os cursos de graduação e pós-graduação em Jornalismo, foi apresentado em 2007, no I Congresso Mundial sobre o Ensino de Jornalismo, realizado em Cingapura². No modelo, a organização orientava a inclusão de questões sociais contemporâneas como gênero, diversidade cultural etc., na formação dos jornalistas.

Antes de avançar com esta discussão é preciso explicar que, no Brasil, desde a publicação do decreto-lei 972/69, em 2009, a formação de Jornalistas não é obrigatória para o exercício da função. Entretanto, de acordo com a pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* (LIMA, MICK, 2012), 98,1% dos profissionais que atuam na área, possuem formação superior. A formação específica em Jornalismo representa 91,7% dos 2.731 participantes da pesquisa. Outro dado relevante sobre a profissão é a multifunção. A mudança que começou a se gestar nas redações nos anos 1990 com a incorporação dos computadores e a internet, teve uma aceleração nos anos 2000. Este cenário alterou a rotina, o modo de produção e até mesmo a narrativa jornalística. Se no início as atividades eram distribuídas entre distintos profissionais, com a virada do século e a crescente incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), os jornalistas tornaram-se profissionais multifuncionais “[...] obrigados a atuarem como repórteres, redatores, fotógrafos e cinegrafistas; às vezes ao mesmo tempo” (NONATO, 2009, p. 9). A multifunção além de complexificar o trabalho, e obrigar os profissionais a desempenhar-se com desenvoltura em distintos frentes, reduz seu tempo para refletir a respeito das decisões tomadas ao longo do processo de produção e escrita de suas matérias, o que torna ainda mais relevante uma formação sólida que discuta os Direitos Humanos.

O principal material de trabalho dos jornalistas são as histórias, e cada história tem por trás ao menos uma pessoa, uma vida, que precisa ser respeitada, cuidada, preservada. Já que, no dia seguinte o jornalista trabalhará com outra pauta, outra história, mas a vida da pessoa continuará ali pulsante. Por esta razão não há como pensar em um jornalismo que respeite e promova os Direitos Humanos sem debater as questões de gênero e diversidade. Afinal, como defende Joan Scott o gênero é uma forma “de significar as relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 21).

² O Modelo curricular de jornalismo da UNESCO para o ensino do jornalismo (2010), foi traduzido para o francês, espanhol, árabe, russo e foi distribuído em centros de formação de jornalismo pelo mundo.



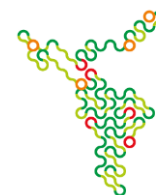
Procurando entender o cenário da formação dos jornalistas no Brasil, tendo em vista as novas Diretrizes Curriculares Nacionais que obrigavam os Cursos de Jornalismo a reajustar seus Projetos Político Pedagógicos, desenvolvi uma pesquisa (AYRES, 2018) onde analisei a inclusão das questões relativas a gênero e diversidade nos currículos de 10 instituições públicas e privadas das cinco regiões do país. A investigação partia do pressuposto de que o currículo é “um território político” (SILVA, 2002, p. 148), onde o conhecimento “[...] carrega as marcas indeléveis das relações sociais de poder. O currículo é capitalista. O currículo reproduz -culturalmente – as estruturas sociais. (SILVA, 2002, p. 147).

A pesquisa permitiu constatar que o documento das Diretrizes não indica a inserção da temática na formação profissional. Como bem argumenta Silva, ao refletir sobre o papel do currículo na educação, é este documento o que “[...] produz e organiza identidades culturais, de gênero, identidade raciais, sexuais [...] o currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz” (SILVA, 2002, p.27). De modo que, a ausência desta orientação se revela nos Projetos Pedagógicos. Unicamente dois cursos de instituições públicas ofereciam disciplinas optativas voltadas especificamente para este debate. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) oferta-se a disciplina *Comunicação e relações de gênero*; na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a disciplina *Jornalismo e gênero*.

Partindo deste contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar e debater a experiência da disciplina *Jornalismo e Gênero*, ministrada no Curso de Jornalismo da UFSC, oferecida aos/as alunos/as desde 2016 como disciplina optativa, mas que passou a integrar o leque de disciplinas obrigatórias a partir do primeiro semestre de 2020. O estudo de caso aplica como métodos a análise documental de planos de ensino, registros de classe e outros documentos; e a entrevista aberta a alunos que cursaram a disciplina e docentes que a ministraram.

Jornalismo e Gênero no JORUFSC

Como relato junto à professora Daiane Bertasso, no artigo *Jornalismo e gênero: o caso de uma disciplina construída coletivamente* (2020), o processo de criação da disciplina *Jornalismo e Gênero* no Curso de Jornalismo da UFSC, iniciou-se em 2015. Na época as estudantes do curso criaram o coletivo *Jornalismo sem machismo* e, entre as ações, apresentaram à Chefia do departamento de Jornalismo o pedido de formalização de uma disciplina que incluísse debates transversais à respeito das questões de gênero, raça, etnia, classe, sexualidade, e que tivesse uma bibliografia de referências que contemplasse autoras mulheres e representasse diversos feminismos.



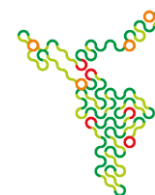
As estudantes argumentavam que “historicamente o ensino do jornalismo se baseava em obras escritas por homens, brancos, europeus ou estadunidenses” (PEREIRA; BONALDO, 2018, p. 3). Este argumento estava apoiado, em um dos grandes questionamentos que o feminismo faz ao conhecimento científico moderno, ao reconhecê-lo como masculino, branco e heterossexual, apontando para a escassa visibilidade das mulheres neste campo devido a sua constante exclusão. “O consenso entre as teóricas dedicadas à questão é a constatação de que a Ciência Moderna objetificou as mulheres, negou-lhes a capacidade e a autoridade do saber e vem produzindo conhecimentos que não atendem aos seus interesses emancipatórios” (GUSTAFSON, 2019, p. 68).

A disciplina foi ofertada pela primeira vez como optativa no primeiro semestre de 2016. O docente foi Carlos Locatelli, Chefe de departamento à época. Locatelli, que não é especialista na área, elaborou o plano de ensino conjuntamente com as estudantes e, ao longo do semestre, contou com a participação de professoras e pesquisadoras especialistas na área de gênero. As aulas se organizavam no formato de palestras. Segundo Clarissa Levi, integrante do coletivo e aluna da primeira oferta, a disciplina “funcionou como um ciclo de debates sobre as questões de gênero. Cumpru uma função importante, mas não era o ideal” (2019, em entrevista à Melina Ayres³). Nesse semestre a disciplina teve 43 alunos matriculados, tendo como pré-requisito ter cursado até a quarta fase. De acordo com o professor “Isso foi o que limitou o número de matriculados, senão ia ter 120! Era um momento revolucionário [...] Todo mundo queria fazer [a disciplina]” (LOCATEELI, 2020, ENTREVISTA).

Em março de 2017, a disciplina foi oferecida por segunda vez como optativa. Nesse semestre a professora Daiane Bertasso assumiu a disciplina, e contou com apoio de duas estagiárias docência, Fernanda Nascimento e Gêssica Gustafson, ambas desenvolviam pesquisas na área dos estudos de gênero. Essa oferta reuniu 30 estudantes, muitos deles desejavam ampliar seus conhecimentos teóricos na área, buscando embasamentos para suas experiências pessoais e de militância.

A disciplina manteve a oferta nos dois semestres de 2018, e voltou a ser ministrada no segundo semestre de 2019. Nestas três ocasiões foi assumida pela professora substituta Fernanda Nascimento, em função do afastamento de Bertasso por licença maternidade. Cumpre ressaltar ainda que, no final de 2018, o colegiado do curso iniciou uma revisão do Projeto Pedagógico e, entre as mudanças, *Jornalismo e Gênero*, foi incluída na grade de disciplinas obrigatórias na primeira fase do curso, com o nome *Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero* (a mudança de nome se deveu a necessidade

³ Nas próximas referências usa-se a informação somente “entrevista”.



de geração de código de identificação). A primeira oferta ocorreu em março de 2020. Nesse semestre e no seguinte foi ministrada novamente pela professora Daiane Bertasso.

Ao analisar os planos de ensino das ofertas 2016.1, 2017.1, 2018.1, 2018.2, 2019.2 e 2020.1 é possível observar como a proposta foi se consolidando e ajustando a cada semestre. A começar pela ementa.

Tabela 1 - Ementas das ofertas

Semestres	2016.1	2017.1 – 2018.1	2018.2 – 2019.2	2020.1 ⁴
Ementas	As interferências das convenções de gênero na produção de conteúdos jornalísticos e suas contribuições na reprodução, manutenção, ressignificação ou transformação de representações sociais. Análise das questões de gênero em produtos jornalísticos. Estudos acerca das relações de poder , discursos hegemônicos e ativismo no jornalismo a partir dos debates gerados nos coletivos feministas. Implicações da	Estudos sobre gênero e relações com cultura, linguagem e poder . Interseccionalidades entre gênero, sexualidade, raça, classe, etnia e geração. Representações de gênero na mídia e no jornalismo.	Estudos sobre gênero, mídia e jornalismo. Linguagem, diferença e desigualdade . Gênero e relações com cultura, identidade e poder . Interseccionalidades entre gênero, sexualidade, raça, classe, etnia e geração. Feminismos. Masculinidades . Representações de gênero na mídia. Produção de	Identidade, diversidade , gênero, mídia e suas relações com a cultura. Interseccionalidades entre gênero, sexualidade, raça, classe, etnia e geração. Representações de identidades e minorias na mídia.

⁴ Primeira oferta obrigatória – a disciplina recebe um novo nome: *Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero*.



	desigualdade de gênero nas rotinas de produções jornalísticas, através de uma visão voltada a realidade brasileira.		sentidos sobre gêneros pelo jornalismo.	
--	--	--	--	--

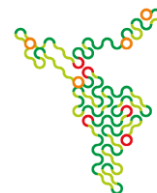
Fonte: informações retiradas dos planos de ensino.

Na primeira oferta, quando a proposta foi encabeçada pelas alunas do *Coletivo Jornalismo sem Machismo* junto ao professor Locatelli, a ementa é extremamente ampla. Chama a atenção que, desde a primeira linha, o conceito de gênero aparece associado ao de “convenções”⁵. Esta primeira proposta está bastante centrada nas vivências femininas e feministas. Embora haja uma referência às “relações de poder” e às “desigualdades”, não se incluem categorias como raça, classe, etc.

O conteúdo programático de 2016.1, foi organizado em dois grandes blocos: 1. Questões fundamentais sobre gênero; teorias de gênero; introdução às correntes feministas e aos estudos de gênero. 2. As intersecções entre questões de gênero, feminismo, mídia e jornalismo. Destaca-se que, no segundo ponto, utiliza-se o termo “intersecções”. Contudo, não se refere ao conceito teórico “Interseccionalidade” criado pela jurista americana Kimberlé W. Crenshaw buscando nomear os dilemas estratégicos e identitários encontrados no espaço político, para categorizar as pessoas que sofrem formas de dominações combinadas como, por exemplo, as mulheres negras (BERENI et al, 2012).

Em 2017.1 a professora Bertasso elaborou o plano de ensino em conjunto com as estagiárias docência e algumas estudantes que cursaram a disciplina em 2016.1. Também serviu como fonte de informação um questionário respondido pelos/as estudantes que cursaram a disciplina em 2016.1. Este foi o primeiro plano de ensino formal da disciplina. No documento se organiza um referencial que busca debater o jornalismo e a comunicação entendidos como prática social, cultural e de poder. Neste contexto se insere o conceito de “Interseccionalidade” e os debates sobre gênero, raça,

⁵ Convenções de gênero são: o conjunto de valores e ideias relativos ao imaginário sexual disponíveis na cultura e compartilhados, a partir dos quais os seres sociais pautam as suas ações e concepções de mundo, reproduzem e recriam estas mesmas convenções e suas práticas (BONETTI; FONTURA, 2008, p. 68).



sexualidade, geração e etnia, a partir da proposta de Crenshaw. Esta intenção se revela, igualmente, no conteúdo programático e na bibliografia de referência. No item 4.2 do plano de ensino constam: **“Gênero e Interseccionalidades:** - Movimentos Feministas, - Gênero e sexualidade, - Gênero, raça, classe, etnia e geração e - Masculinidades e identidades trans” (JORUFSC, Plano de ensino, 2017.1). Entre as indicações de leituras inclui-se o texto *A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*, de Crenshaw (2004).

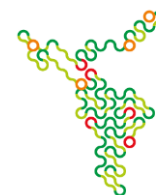
Dialogar sobre gênero implica debater sobre diferentes posições, conceitos, vivências. E isto é feito na proposta de *Jornalismo e Gênero* desde sua primeira oferta. Entretanto, a discussão ganha centralidade na segunda oferta, quando se incorpora o debate sobre interseccionalidades. De acordo com Bertasso, “a proposta pretendia guiar os alunos no entendimento do jornalismo enquanto esfera de produção simbólica, que interfere também na construção de identidades” (2019, ENTREVISTA).

A ementa elaborada em 2017.1 é mantida na oferta seguinte, que ocorreu, um ano depois, no primeiro semestre de 2018.1, ministrada pela professora substituta Fernanda Nascimento. A docente foi a responsável pelas ofertas 2018.1, 2018.2 e 2019.2. Na quarta e quinta oferta, a ementa é novamente ampliada. Permanece a ementa anterior e são acrescidos conceitos como o de masculinidade, descentrando a vivência de gênero no feminino.

Em 2020 a disciplina é incorporada pela primeira vez à grande curricular obrigatória e passa a denominar-se *Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero*, sendo ofertada logo na primeira fase do curso. Nesta nova condição a ementa é bastante similar a oferta de 2017.1, entretanto, são acrescidos os conceitos de “identidade” e “diversidade” presentes, inclusive, no nome da disciplina. Estes dois conceitos são centrais para a compreensão de que as vivências e perspectivas entorno ao gênero são únicas e mutáveis. Como bem argumenta Bauman as identidades são “um processo contínuo de redefinir-se de inventar e reinventar a sua própria história” (BAUMAN, 2005, p. 13).

Além da abordagem a partir das identidades, para a compreensão do mundo atual é preciso incluir o debate das diferenças. Estas, no dizer de Homi Bhabha, podem ser as diferenças culturais, raciais, de gênero, de classe e “[...] não seriam problemáticas se fossem apenas diferenças. A questão central é que elas são hierarquizadas socialmente e se transformam em desigualdades” (1998, p.220), e podem gerar discriminação.

A proposta da disciplina alicerçada nestes conceitos incentiva os questionamentos das relações humanas. Neste entendimento, Bragagnolo e Barbosa, defendem que “ao criarmos práticas



pedagógicas que tematizam a diferença e a diversidade, estamos provocando e acolhendo os debates sociopolíticos presentes nas relações sociais” (2015, p. 126).

Relacionar estes conceitos com o fazer jornalístico permite, portanto, debater sobre o seu papel na mudança social. Conforme Ramaprasada,

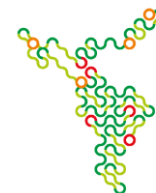
O papel da imprensa não é apenas fornecer informações, mas também facilitar a mudança social [...] o jornalismo de direitos humanos é [...] um jornalismo baseado no respeito à dignidade humana, independentemente de cor, nacionalidade, raça, gênero, localização geográfica e assim por diante (2018, p.62, tradução nossa)⁶.

No que tange aos objetivos da disciplina, na primeira oferta não há referência a eles no plano de ensino. A partir de 2017.1 todos os planos de ensino apresentam esta informação. Embora haja pequenas mudanças em termos pontuais, os objetivos permanecem os mesmos nas edições de 2018.1, 2018.2, 2019.2 e 2020.1. Eles são:

- Refletir sobre a construção sociocultural das relações de gênero, a partir das diferentes perspectivas teóricas, práticas culturais e discursivas que evidenciam as relações de poder;
- Identificar as principais perspectivas teóricas dos estudos de gênero e as tendências contemporâneas dos movimentos feministas;
- Analisar as representações de gênero nas mídias e como as questões de gênero são abordadas em produtos jornalísticos;
- Compreender a produção de sentidos sobre a violência de gênero através dos conteúdos midiáticos;
- Refletir sobre o jornalismo como instrumento de manutenção das desigualdades ou como agente transformador das relações de gênero;
- Identificar as ações/movimentos/práticas de resistências e transgressões na perspectiva de gênero. (JORUFSC. Plano de ensino. 2017.1 2018.1, 2018.2, 2019.2, 2020.1).

De maneira geral os objetivos mostram a abrangência da abordagem que parte do conceito da construção social de gênero e sua centralidade no estabelecimento das relações de poder. Em seguida

⁶ Texto original: “Press role is not only to provide information but also to facilitate social change [...] human rights journalism is [...] a journalism based on the respect for human dignity irrespective of color, nationality, race, gender, geographical location and so on” (RAMAPRASAD, 2018, p.62).



avança sobre as teorias e os movimentos feministas, fala do lugar da mídia e do jornalismo nesse processo para, finalmente, debater possíveis ações e práticas que permitam repensar a produção jornalística.

Todos estes objetivos são guiados por uma extensa bibliografia de referências básicas e complementares que incluem obras de autoras clássicas como Joan Scott e seu texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995) e autoras mais recentes como Berenice Bento e seu texto *O que é transexualidade* (2008).

Outro ponto importante relativo ao modo como os objetivos são alcançados tem relação com a metodologia de ensino. Embora esta não seja uma disciplina laboratorial, vale frisar a importância das dinâmicas realizadas em praticamente todas as aulas, assim como o desenvolvimento do trabalho final, onde o/a estudante é estimulada/a a sair do campo teórico e colocar os novos conhecimentos em prática. Este movimento incita a que o conhecimento adquirido se transforme em ação.

As reflexões e a prática permitem que os/as alunos/as evidenciem que “[...]o sujeito jornalista enquanto integrante de uma dada sociedade, que compreende a realidade a partir de um complexo de formações ideológicas que circulam nela, mas também como construtor de discursos permeados por consenso social” (GUSTAFSON, 2019, p. 94). E esta proposta de fato é vivenciada pelos/as estudantes⁷. Entre aqueles/as que foram entrevistados/as destacam-se relatos como:

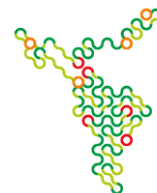
[...] [Na disciplina] comecei a entender, por exemplo, os aspectos interseccionais, mas eu não sabia que isso se chamava interseccionalidade. Foi ali que virou a chave (ANA, 2019 ENTREVISTA).

Me fez refletir muito [...] a cabeça expandiu num nível muito absurdo. Foi a disciplina que mais me tocou enquanto pessoa. [...] tem a ver com a minha não vivência. Com coisas que eu não vivia e não conseguia enxergar. Eu aprendi muito mais sobre os outros do que sobre mim (ANA, 2019, ENTREVISTA).

Eu sempre volto refletindo para casa. Tipo, pô, não tô considerando isso e isso. Preciso refazer as minhas perguntas [para as entrevistas]. Na hora de escrever o texto eu penso: pô eu tô conseguindo incluir todo mundo? Quais estão sendo minhas fontes? Como estou incluindo essas fontes na minha reportagem, na minha pauta? Quando a gente começa a ler sobre gênero a gente percebe que toda hora a gente não tá conseguindo falar sobre todo mundo (CLÁUDIO, 2019, ENTREVISTA).

Alinhada às falas dos/as alunos/as, a professora Nascimento avalia: “O certo é que os alunos e alunas que participam da disciplina saem mais combativos e mais questionadores. Talvez com menos certezas. Alguns que são super militantes, tinham mais certezas e agora tem menos certezas” (2019, ENTREVISTA).

⁷ O nome dos/as estudantes foi alterado buscando proteger sua individualidade.



Assim, a inclusão desta disciplina na grade do Curso de Jornalismo da UFSC, primeiro como eletiva e, fundamentalmente como obrigatória, favorece o rompimento da lógica do ensino do jornalismo onde persiste a “prevalência das racionalidades do sistema-mundo (capitalista, masculinista, racista, heterossexista, ocidentalista) nas relações de poder e de saber no âmbito universitário” (VEIGA, 2015, p. 262).

Retomando o pesamento de Silva acredita-se que

Em uma democracia, a comunicação precisa ir além das mídias convencionais e narrar histórias que mostrem a diversidade da sociedade, com exemplos capazes de inspirar e fortalecer a cidadania ativa. Seu papel de interesse público é contribuir para uma reflexão crítica sobre a realidade, o que inclui visibilizar mais mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTI, quilombolas, entre outros grupos não hegemônicos, e adotar práticas afirmativas em seus processos de produção e gestão. É também por meio da comunicação midiática que o poder opressor – tipicamente masculino, branco e heteronormativo – se mantém na sociedade. Não é nova a denúncia de que, por isso, esse campo tende a reforçar as desigualdades raciais de gênero, em intersecção permanente com outras formas de violência (2019, p. 17).

Conclusão

Geralmente quando o jornalismo pauta os Direitos Humanos as matérias estão relacionadas a grandes catástrofes climáticas, a acontecimentos de grandes proporções como guerras, pobreza, doenças. Mas não é somente disso que se trata. Deste modo, o núcleo do artigo busca mostrar que para que os Direitos Humanos sejam uma premissa na produção jornalística, gênero e diversidade precisam ser debatidos e contemplados. Para que isto ocorra é necessário que a discussão se inicie no processo de formação destes profissionais, nos cursos de Graduação em Jornalismo. É ali onde se gestam as mudanças, e isto é visível no Curso de Jornalismo da UFSC nas diferentes ofertas da disciplina *Jornalismo e Gênero*.

A partir do observado nos planos de ensino e nas entrevistas com os/as docentes e os/as estudantes é possível verificar como a discussão sobre gênero e diversidade amplifica o olhar dos/as graduandos/as a respeito do fazer jornalístico e os/as torna mais conscientes de seu papel social. Incorporar as discussões de gênero e diversidade no Curso de Jornalismo da UFSC não só contribui para que suas produções contemplem a diversidade e a defesa dos Direitos Humanos, como fortalece os/as estudantes em suas relações de trabalho dentro e fora das redações.

Desde seu surgimento no século XIX o Jornalismo acompanha o desenvolvimento e as lutas da sociedade. Ao divulgar os diferentes acontecimentos e mudanças sociais, ele se insere no processo, e também contribui com a mudança. Assim como Ramaprasad (2018) acredito precisamos discutir



sobre uma imprensa não apenas livre, mas responsável. Precisamos discutir um jornalismo comprometido com a mudança social e isso não é possível sem debater gênero e diversidade na graduação em Jornalismo.

Referências

AYRES, Melina de la Barrera. Gênero e Jornalismo: Do ensino às páginas do jornal. In: MEDITSCH, Eduardo; AYRES, Melina de la Barrera; BETTI, Juliana Gobbi; BARCELOS, Marcelo. **O ensino de Jornalismo sob as novas Diretrizes**. Miradas sobre projetos em implantação. Florianópolis: Insular, 2018, p. 79 - 96.

AYRES, Melina de la Barrera; BERTASSO, Daiane. Jornalismo e gênero: o caso de uma disciplina construída coletivamente. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2020.

Anais... Disponível em: <

<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2550/1310>> Acesso em: mai.2021.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BERENI, Laure; CHAUVIN, Sébastien; JAUNAIT, Alexandre; REVILLARD, Anne. **Introduction aux études sur le genre**. Bruxelles: De Boeck Supérieur s.a, 2012.

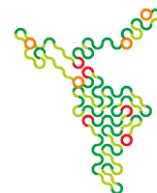
BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BONALDO, Manoela dos Santos; PEREIRA, Eduarda. Coletivo Jornalismo sem Machismo: Militância e produção de conhecimento no curso de Jornalismo da UFSC. In: I AQUENDA de comunicação, gêneros e sexualidade. FABICO/UFRGS, 2018. **Anais...** Disponível em: <<https://aquenda.files.wordpress.com/2019/04/eduarda-pereira-e-manoela-dos-santos-bonaldo.pdf>> Acesso em: dez 2019.

BONETTI, Aline. FONTOURA, Natália. Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família da PNAD 2007. In CASTRO, Jorge Abrahão e RIBEIRO, José Aparecido (orgs). **Situação Social Brasileira**, 2007. Brasília: IPEA.

BRAGAGNOLO, Regina Ingrid; BARBOSA, Raquel. Diversidade como princípio pedagógico inclusivo. In: GROSSI, Miriam Pillar; GARCIA, Olga Regina; MAGINI, Pedro Rosa (Orgs.). *Livro 2- Módulo II- Gênero, diversidade sexual e religião*; As diferenças de gênero no espaço escolar. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero/ Centro de Filosofia e Ciências Humanas/ UFSC, 2015, pp.121-139.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.



GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas: a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

LIMA, Samuel; MICK, Jaques. **Perfil do jornalista brasileiro** – características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2012.

NONATO, Cláudia do Carmo Lima. O jornalista em pauta: mudanças no mundo do trabalho, no processo de produção e no discurso. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. **Anais...** Disponível em:
<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1120-1.pdf>> Acesso em: set.2020.

RAMAPRASAD, Jyotika. Journalism as if the people mattered. In: MARTINEZ, Monica; LAGO, Claudia; STROCH, Laura (Orgs.). **Direitos humanos e a pesquisa em jornalismo**. São José do Rio Preto, SP: Balão Editorial, 2018, pp. 57 – 67.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, [p. 71-79], Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SILVA, Áurea Carolina De Freitas e. **Comunicar e politizar as relações pelo fim das desigualdades**. Pp 17 – 19, In: PRATA, Nair; PESSOA, Sônia Caldas. **Desigualdades, gênero e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de Identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

UNESCO. **Modelo curricular de jornalismo da UNESCO**. Brasília: UNESCO, 2010.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e a implicação dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese (Doutorado). Porto Alegre: PPGCOM-UFRGS, 2015.